



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**TURISMO – SEMADETUR**

**215ª Reunião Ordinária – 27/01/2020**

Às 14 horas do dia 27 de Janeiro de dois mil e vinte, na Sala de Reuniões da SEMADETUR, situada à Avenida Governador Portela, 812, Centro, Nova Iguaçu, sob a Presidência do Sr. Fernando Cid Gomes, SEMADETUR e presidente do CONDEMA, reuniu o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, em caráter ordinário, estando presentes seus membros, Ana Lúcia Araujo Teixeira (AAPAMGM), (SEMED), José Castricini Filho (AAPAMGM), Guilherme S. Guimaraes (SEMIF). Presidindo a assembleia, Sr. Fernando Gomes Cid constatou a existência de quórum, conforme regimento, e abriu a reunião. 215º Reunião Ordinária – **1 – Aprovação da convocação da 215º R.O, 2 – Leitura e aprovação da Ata 214º R.O e Recolhimento de assinaturas faltantes nas atas 203ª até 214ª R.O de 2019, 3 – Esgotamento Sanitário de Nova Iguaçu, 4. – Carta ao Prefeito – Acompanhamento, 5 – Plano Verão, 6 – Reuniões das APAs Tinguá e Rio D'Ouro - 7 Informes Gerais: 1 – Aprovação da convocação da 215ª RO.** Foi aprovada, **2 – Leitura e aprovação da Ata 214ª R.O e Recolhimento de Assinaturas faltantes nas atas 203ª até 214ª R.O de 2019.** Foi aprovada a ata 214ª Reunião Ordinária do CONDEMA; Foi aprovada a proposta de redigir e assinar as atas das sessões do CONDEMA dentro da própria sessão. Fernando Cid usou a palavra para informar sobre a denúncia formalizada na reunião anterior do CONDEMA e que constava na ata aprovada nesta sessão, de que os guardas não estão revistando os visitantes na portaria do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, afirmando que o problema realmente vinha ocorrendo com uma das equipes, mas que já houve orientação e substituição dos servidores, visando corrigir o problema. Fernando Cid solicitou ainda que qualquer denuncia sobre comportamento inadequado dos guardas ou de qualquer servidor da secretaria seja feito de forma individualizada e detalhada, a fim de facilitar, a fim de facilitar a apuração, correção e responsabilização do agente público. Em seguida foi passada a palavra para o Sr. Guilherme. **3. Esgotamento Sanitário de Nova Iguaçu** membro do CONDEMA Guilherme Guimarães e servidor SEMSERP, discorreu sobre a situação do saneamento e abastecimento de água fornecida pela CEDAE. Guilherme informou que o MP convocou os municípios para elaboração do Banco de Dados sobre saneamento, incluindo coleta de esgoto e drenagem de águas pluviais. No que se refere ao fornecimento de água, falou da dificuldade de obtenção de dados, haja vista que a CEDAE fornece os dados sobre a localização dos dutos, o que contribuiu para ocorrência de acidentes durante escavações. No que se refere as ETEs, informou que existem em NI, 65 ETEs licenciadas, sendo 10 Municipais, 17 do Programa MCMC e 38 privadas (17 + 10), 20 estão na Bacia do Rio Guandu e 7 na Bacia da Baía de GB. Disse também que outras 5 ETEs estão nem fase de conclusão, fazendo passar de 21% para 25% de esgoto tratado em NI. Ressaltou que NI mantém as suas estações em pleno funcionamento e que o percentual divulgado pela imprensa não condiz com a realidade, pois são dados fornecidos pela CEDAE, que detem a senha para o cadastro do saneamento, e dizem respeito apenas ao esgoto por ela tratado no município, que equivale 0,2% e que esta distorção já foi comunicada várias vezes para a correção, sem que houvesse a devida correção. Disse também que o contrato da Prefeitura com a CEDAE é de água e esgoto, porém a CEDAE não trata o esgoto sob a alegação de que não recebe por este serviço, e que isto foi dito em audiência pública na CMNI, ocasião em



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**TURISMO – SEMADETUR**

**215ª Reunião Ordinária – 27/01/2020**

---

que a PGM do Município retrucou dizendo que, a população não paga porque não é cobrada. Quanto ao projeto de transposição do Rio Guandu, afirmou que considera prejudicial a cidade, uma vez que não irá tratar o esgoto. Quanto ao projeto elaborado pelo CBHG e entregue aos municípios, afirmou que a dificuldade é de captação dos recursos necessário, uma vez que a maioria dos municípios encontra-se em situação financeira difícil. Ana Lúcia perguntou se há previsão para tratar o esgoto despejado no rio Ipiranga, tendo sido respondido por Guilherme não ser uma boa técnica tratar rios. Retomando sua fala, Guilherme afirmou ser necessário notificar a CEDAE para que esta cumpra o que é devido no contrato. Fernanda Braga, perguntou se diante da dificuldade da captação diretamente pela Prefeitura, se uma empresa pública poderia cumprir o papel de operadora do investimento, tendo como respostas que é importante criar o Conselho, o Fundo a Política e o Plano Municipal de Saneamento, a fim de se credenciar para receber os investimentos, destacando que a AGERNESA irá repassar em torno de 10 milhões para obras de saneamento. Dr. Latife questionou se a inércia em não acionar a CEDAE prejudica o município, Guilherme respondeu que a PGM está conduzindo a questão. José Arnaldo informou que o Plano de Saneamento de 2014 prevê 3 subestações – Ipiranga, Botas e Iguaçu, sendo que as duas primeiras abrangem uma população de cerca de 200 mil e 300 mil respectivamente. Que as pequenas estações em funcionamento atendem uma população de cerca de 100 mil pessoas e que o desafio do governo é juntar as secretarias para definir um projeto de saneamento. Destacou que o projeto elaborado pela CEDAE – Plano de Saneamento, não ouviu os municípios e que o custo das emergências bancadas pelo município, especialmente na área de Educação e Saúde, como a aquisição de carros pipas para as escolas e tratamento de doenças derivadas das questões sanitárias, deveriam ser bancadas pela CEDAE. Latife afirmou que não há uma verdade prática sobre o que está sendo resolvido pelo município nesta questão. Lacerda citou o exemplo da empresa MARVIN, que há mais de 30 anos já possuía uma estação de tratamento de efluentes e esgoto. **4. Carta ao Prefeito – Acompanhamento.** Não houve debate. **5. Plano Verão** não houve debate. **6. Reuniões das APAs Tinguá e Rio D'Ouro.** Não houve debate. **7. Informes Gerais.** Não houve debate. Nada mais havendo constar, deu-se por encerrada a reunião. Eu Fernando Gomes Cid, presidente do CONDEMA, lavrei esta ata, que após lida e aprovada, será assinada por este presidente e pelo secretário executivo. Nova Iguaçu, vinte e sete de janeiro de dois mil e vinte.







## RELATÓRIO

Ao Senhor Fernando G. Cid Presidente do CONDEMA

Venho através deste comunicar a Vossa Senhoria os acontecimentos ocorridos no dia 17 de fevereiro, na sala de reunião da SEMADETUR.

Antes do início da assembleia da **R.O. 216°** do CONDEMA, o Sr Gilvoneick já havia iniciado a filmagem.

Com anuência dos demais conselheiros iniciamos a plenária do CONDEMA, chamando o senhor Gilvoneick para apresentar a autorização da realização das filmagens conforme a Resolução N° 001/2020 de janeiro de 2020, o mesmo respondeu em negativa e se recusou a parar as gravações.

Dois conselheiros se recusaram a participar da R.O, o que causou inconformidade no quórum. Informei aos conselheiros da inviabilidade de prosseguir a reunião, solicitando um acordo, porém não foi viável.

Dei a R.O 2016° por cancelada devido dois conselheiros sair da mesa.

A conselheira Latife Assed propôs chamar a força policial, visto que o Sr Gilvoneick estava intransigente. Informei que ela poderia agir da forma que lhe fosse cabível. A força policial foi acionada pela mesma, no entanto na hora de assinar a ocorrência informou-me que por eu era a responsável estar presidindo a R.O. 2016°.

A ocorrência foi realizada na presença do Sr Gilvoneick. Informei a este que a resolução prevê que a força policial seja acionada quando o seu teor não for respeitada. Ainda assim, não se conformando, o referido senhor informou que não iria parar de participar das reuniões e que iria continuar com as gravações.

Informei aos conselheiros presentes que não iria dar prosseguimento a ocorrência e que poderíamos resolver a questão entrando num acordo ou de outra forma, porém Latife foi contra a minha posição e os demais conselheiros ficaram a favor da mesma.





Estado do Rio de Janeiro  
 Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu  
 Secretaria Mun. de Meio Ambiente, Agricultura, Des. Econômico e Turismo-SEMADETUR  
 Agentes de Vigilância Ambiental

Procuramos, durante os acontecimentos, manter a atitude compatível com o meu cargo de vice-presidente do CONDEMA, informei que só daria prosseguimento com a assinatura de todos e que ainda eu, Aline Angela, não iria no 20º BPM, para dar o andamento do processo. Qualquer um dos conselheiros que assinou poderia ficar com a responsabilidade.

Sendo esta a nossa informação.

Nova Iguaçu, 10 de março de 2020.

Aline Angela

ENCAMINHAR A SECRETARIA DO CONDEMA,  
 A FIM DE INSSERIR NA Pauta JA  
 PROXIMA REUNIAO  
 em 15/03/2020

Realizar reunião  
 em 13/03/2020  
 às 15:22

SEMADETUR  
 Av. Governador Portela, nº812, 1º andar, Centro – Nova Iguaçu / Rio de Janeiro  
 CEP 26.221-030  
 Tel. (21) 3779-1183

Fernando Cid  
 Secretário SEMADETUR  
 Mat.: 60/700.371-8



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**TURISMO – SEMADETUR**

**217ª Reunião Ordinária de 2020 – 30/03/2020**


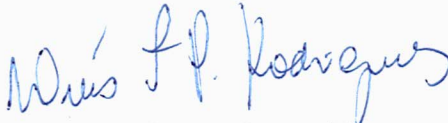
- 1 No dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte, não houve possibilidade de haver reunião por causa
- 2 da Pandemia de Coronavírus. Eu, Luís Fernando P. Rodrigues lavrei esta ata. Nada mais havendo a
- 3 discutir ou constar, encerra-se a presente ata que após lida e conforme será devidamente assinada.
- 4 Nova Iguaçu, trinta de março de dois mil e vinte.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
TURISMO -- SEMADETUR

217ª Reunião Ordinária de 2020 – 30/03/2020

<p>Presidente do CONDEMA</p>   <p><u>Fernando Gomes Cid.</u></p>	<p>Secretário Executivo do CONDEMA</p>   <p><u>Luis Fernando Pereira Rodrigues</u></p>
--	---



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**TURISMO – SEMADETUR**

**218ª Reunião Ordinária de 2020 – 27/04/2020**

- 1 No dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte, não houve possibilidade de haver reunião por causa
- 2 da Pandemia de Coronavírus. Eu, Luís Fernando P. Rodrigues lavrei esta ata. Nada mais havendo a
- 3 discutir ou constar, encerra-se a presente ata que após lida e conforme será devidamente assinada.
- 4 Nova Iguaçu, vinte e sete de abril de dois mil e vinte.







**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**TURISMO – SEMADETUR**

**219ª Reunião Ordinária de 2020 – 25/05/2020**

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte às quatorze horas na plataforma para video conferências o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CONDEMA) reuniu-se sob a condução do secretário executivo do CONDEMA Luís Fernando P. Rodrigues. Verificando a existência de quórum regimentar o secretário executivo do conselho declarou aberta a 219ª Reunião Ordinária. **1 - Eleição para presidência do CONDEMA . 2 - Apresentação do Relatório Sócio-ambiental da Apa - Guandu-açu.** Estando presentes os conselheiros, Ana Lucia Araujo Teixeira (AAPAMGM), Katia Vanessa (SEMED), Leyla P. Carvalho (UGB), Luís Fernando P. Rodrigues (ONG ONDA VERDE), Wesclei Pandim (EMLURB), Aldeci Conrado (UGB), Leila carvalho (UGB), Denise Flávio (SEMUS) José Arnaldo (SEMADETUR), Adriana Santos (SEMADETUR), Karla Ayres (CREA) e convidados, Fernanda Braga secretária de Meio Ambiente da Semadetur e Alexandre K. representante da subsecretaria dos conselhos. Iniciamos a reunião com oito membros do conselho municipal de meio ambiente e desenvolvimento sustentável informamos que o presidente do CONDEMA e ex secretário municipal de meio ambiente Fernando Cid foi exonerado e a vice-presidente Aline Ângela B. da Silva (CREA) pediu para se desligar do cargo de vice-presidente, por esse motivo foi necessário realizar uma nova eleição. Tendo em vista a situação da pandemia do país no atual momento, a reunião 219ª, foi realizada através da plataforma google meet. Os conselheiros, cederam espaço para que a atual secretária de meio ambiente, Fernanda Braga, se apresenta-se, Fernanda apresentou-se aos conselheiros e colocou-se à disposição para ouvir as demandas dos membros, os participantes deram boas vindas. Após este momento a secretária deixou a sala de vídeo conferência. Foram iniciadas as deliberações para a candidatura à vaga de presidente do conselho, porém nenhum conselheiro candidatou-se a vaga de presidente. A conselheira Ana Lúcia sinalizou que fazia votos para a escolha de José Arnaldo para a vaga da presidência do conselho. Os conselheiros presentes não se opuseram a indicação e sendo assim, José Arnaldo foi escolhido como presidente do conselho. Nesse momento observou-se a vacância referente ao cargo de vice-presidente do conselho, e que posteriormente será publicado a saída da conselheira da vaga de vice presidente, Aline Ângela. Deram início às deliberações que pudessem adequar e manter as reuniões do CONDEMA, considerando o cenário atual de pandemia. Foi apresentado uma minuta com a proposta de resolução, que dispusesse sobre critérios de realizações das reuniões não presenciais do referido conselho, foi abordado que seria necessário a utilização de ferramentas seguras e confiáveis na rede existente mundial de computadores, guardada as peculiaridades de cada caso. A minuta da resolução foi apresentada pelo conselheiro José Arnaldo (SEMADETUR) : Minuta de RESOLUÇÃO CONDEMA XX de XX 2020 "Dispõe sobre critérios para a realização de reuniões não presenciais, por videoconferências, no âmbito do CONDEMA Nova Iguaçu." O Conselho Municipal para o Desenvolvimento e Meio Ambiente – CONDEMA Nova Iguaçu, criado pela Lei nº 2.868, de 03 de dezembro de 1997, alterado pela Lei n 4018/2009, que instituiu a Política Municipal de Meio Ambiente, órgão consultivo, deliberativo e de assessoramento em questão referente ao meio ambiente, de natureza permanente, no uso de suas atribuições, e considerando: o seu Regimento Interno, publicado no D.O do município de Nova Iguaçu, dia 28 de





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**TURISMO – SEMAETUR**

**219ª Reunião Ordinária de 2020 – 25/05/2020**

abril de 2016; a Lei Federal nº 12.527, de 18 novembro de 2011, que Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências; o Decreto Estadual nº 47.052 de 29 de abril de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (COVID-19), em decorrência da situação de emergência em saúde, e dá outras providências; o Decreto Municipal nº 11.910, de 6 de abril de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (COVID-19) a primazia de reunir em norma única, os meios necessários em adequação para o momento de pandemia pelo coronavírus (COVID-19), que exige dos Órgãos Públicos medidas excepcionais e imediatas, que possibilitem a eficácia e segurança dos atos administrativos, a fim de promover a devida continuidade dos serviços públicos; a legalidade administrativa, que obriga à administração pública, de forma prévia, fazer valer seus atos, em obediência aos parâmetros descritos na Constituição Federal; a necessidade de estabelecer os critérios gerais para a realização de reuniões não presenciais, por videoconferências, no âmbito CONDEMA Nova Iguaçu, a fim de atender ao interesse público, visando a adequação dessas atividades em face das medidas providenciadas pelos poderes públicos; Resolve: **Art. 1º** Estabelecer os procedimentos para a realização de reuniões não presenciais do CONDEMA Nova Iguaçu, por vídeo conferência, através da rede mundial de computadores, nos termos previstos na Lei nº 2.868, de 03 de dezembro de 1997, e demais dispositivos legais vigentes. **Art. 2º** As reuniões serão públicas, de acordo com o previsto no Regimento Interno vigente. **Art. 3º** O CONDEMA Nova Iguaçu deverá possibilitar amplo acesso às reuniões, por intermédio de ferramentas próprias, seguras e confiáveis existentes na rede mundial de computadores, guardadas as peculiaridades de cada caso, em respeito à publicidade dos atos e resultados decorrentes. §1º As realizações das reuniões deverão ser precedidas de comunicados- prévios, com ampla publicidade no meio eletrônico ou digital, compatível, em prazo razoável e desde que obedecido o Regimento Interno e demais normas que regulamentam as diversas instâncias. §2º Todas as reuniões serão gravadas e as presenças serão registradas através do chat. §3º Aos membros-participantes por videoconferência será permitido votar e ser votado, pedir vista de autos e visualizar documentos, obedecidas as condições estabelecidas no Regimento Interno. §4º As votações serão realizadas através de chamadas nominais para registro e confirmação de titularidade. §5º As atas das reuniões serão publicadas conforme disposto no Regimento Interno. Nelas deverão constar explicitamente o caráter de “Reunião Não Presencial”. **Art. 4º** As reuniões em que for utilizado sistema de videoconferência serão suspensas imediatamente, caso verificado problema técnico na ferramenta utilizada para transmissão da reunião. § 1º Se a conexão não for restabelecida no prazo de trinta minutos, a reunião será encerrada. § 2º Quando problemas técnicos, previstos no caput, interromperem qualquer votação, esta deverá ser refeita. § 3º As decisões tomadas antes da ocorrência de problemas técnicos, previstos no caput, no sistema de videoconferência serão válidas. § 4º Todas as ocorrências deverão ser registradas



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**TURISMO – SEMADETUR**

**219ª Reunião Ordinária de 2020 – 25/05/2020**

em ata de reunião. § 5º No caso da necessidade de encerramento da reunião por motivos técnicos, previstos no caput, os pontos pendentes entrarão na reunião extraordinária ou na pauta da reunião ordinária seguinte, conforme Regimento Interno. **Art. 5º** As disposições constantes desta Resolução vigorarão enquanto perdurar as restrições delineadas pela legislação vigente, devendo cessar seus efeitos, imediatamente, quando houver revogação das medidas excepcionadas pelos entes federativos. **Art. 6º** Serão automaticamente aplicadas as disposições legais constantes no Regimento Interno deste Conselho. **Art. 7º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação. A minuta foi considerada conforme e os conselheiros votaram por sua aprovação. Foi apresentado o relatório do estudo socioeconômico do plano de manejo da Apa guandu Açú, explicitando a fase A do projeto com suas datas previstas de execução, José Arnaldo propôs a criação e aprovação do cronograma e oficinas virtuais do grupo do trabalho do plano, feita a apresentação, os conselheiros votaram sem que houvesse ressalvas, sobre a apresentação do relatório e a participação nas oficinas. Houve explanação da necessidade do acompanhamento, de forma coletiva, da questão da tomada de água e captação de água da Estação de tratamento ETA Guandu. Entendo a complexidade da situação em questão, foram nomeados dois representantes do CONDEMA para o acompanhamento do projeto que tem impacto direto no município e região metropolitana do Rio de Janeiro. Eu Luís Fernando P. Rodrigues lavrei esta ata. Nada mais havendo a discutir ou constar, encerra-se a presente ata que após lida e conforme será devidamente assinada. Nova Iguaçu, vinte e cinco de maio de dois mil e vinte.

**Presidente do CONDEMA**

Fernando Gomes Cid.

**Secretário Executivo do CONDEMA**

Luis Fernando Pereira Rodrigues





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
TURISMO – SEMADETUR

220ª Reunião Ordinária de 2020 – 29/06/2020

1 No dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte, na plataforma Elos vídeo conferência, as 14:00hs  
2 os membros do conselho municipal de meio ambiente se reuniram virtualmente na plataforma  
3 virtual Elos conferência para a realização da reunião ordinária. Com os seguintes presentes **Denise**  
4 **Flavio da C.B. Lima (SEMUS), José Arnaldo (SEMADETUR), Kátia Vanessa Araujo (SEMED), Wesclei**  
5 **Pandim, (EMLURB), José Castricini (AAPAMGEM), Karla Ayres (CREA), Luís Fernando P. Rodrigues**  
6 **(ONG ONDA VERDE)**. Presidida pelo Presidente do conselho José Arnaldo dos Anjos, fez a primeira  
7 chamada dos membros, constatou que **não houve quórum**. As 14:30hs novamente na segunda  
8 chamada, também não houve quórum, e as 14:45 horas verificou-se a insuficiência de quórum  
9 mínimo regimentar e informou aos conselheiros, que a reunião estava suspensa. Eu Luís Fernando  
10 P. Rodrigues lavrei esta ata. Nada mais havendo a discutir ou constar, encerra-se a presente ata que  
11 após lida e conforme será devidamente assinada. Nova Iguaçu, vinte e nove de junho de dois mil e  
12 vinte.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
TURISMO – SEMADETUR

220ª Reunião Ordinária de 2020 – 29/06/2020

**Membros Presentes:** presentes Denise Flavio da C.B. Lima (SEMUS), José Arnaldo (SEMADETUR), Kátia Vanessa Araujo (SEMED), Wesclei Pandim, (EMLURB), José Castricini (AAPAMGEM), Karla Ayres (CREA), Luís Fernando P. Rodrigues (ONG ONDA VERDE)

**Membros ausentes:** Guilherme Guimarães (SEMIF), Danilo Queirozes (SEMIF), Lafite Assed (OAB), Emerson Magalhães (OAB), Claudio Domingos (Ecopreservar), Braian Otávio (Ecopreservar) Felipe Rangel Garcia (CMNI), Fábio José de Freitas Santos (CMNI), José David Lopes (SEMEF), Jarbas Fernando de Lima Dutra (SEMEF), Paulo de Tarso de Lima Pimenta (FIRJAN) e Silvia Maria Soares Coelho Lantimant (FIRJAN)

Presidente do CONDEMA

José Arnaldo dos Anjos de Oliveira

Secretário Executivo do CONDEMA

Luís Fernando Pereira Rodrigues



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
E TURISMO – SEMADETUR  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE –  
CONDEMA

1º Reunião Extraordinária de 2020 – 13/07/2020

1 Às quatorze horas do dia treze de julho de dois mil e vinte, na Plataforma de  
2 Videoconferência Elos, o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
3 Sustentável (CONDEMA) reuniu-se sob a condução do Presidente do CONDEMA, José  
4 Arnaldo e o Secretário Executivo, Luís Fernando P. Rodrigues. Verificando a existência de  
5 quórum regimentar o secretário executivo do conselho declarou aberta a 1ª Reunião  
6 Extraordinária de 2020 do CONDEMA, que possuía a seguinte pauta. **1) Aprovação da  
7 Convocação da 1ª Reunião Extraordinária 2020; 2) Leitura de Ata 2ª Reunião Ordinária  
8 2020; 3) Leitura da Ata 3ª Reunião Ordinária 2020 – Sem quórum; 4) Apresentação do  
9 Resultado Provisório do ICSM Ecológico 2020; 5) Proposta de formação de GT para  
10 elaboração de normas ambientais: a) Minuta de Decreto – Instituição do Programa de  
11 Reflorestamento e Proteção de Áreas de Interesse Ambiental, b) Minuta de Decreto –  
12 Programa Produtores de Água e Floresta, c) Minuta de Portaria – Governança das UCs  
13 Municipais pela SEMADETUR (Legislação Baseada na NT SEAS/INEA 666/2018); d) Minuta  
14 de Alteração do Decreto GT – Grupo de Trabalho ICMS – PA 2020/023053; 6)  
15 Representação CONDEMA reunião da Câmara Técnica de Saneamento Comitê de Bacia do  
16 Guandu; 7) Representação CONDEMA reunião com o Presidente do Instituto Estadual do  
17 Ambiente (INEA-RJ) e com o Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS);  
18 8) Temo de Cooperação Técnica com a CEFET – Em atendimento ao Decreto 10.110  
19 (Decreto que define sobre a atuação do CONDEMA como Conselho Gestor das UCs  
20 Municipais em conselho implementado) PA – 2020/021165; 9) Informes Gerais: a) Ações  
21 de Fiscalização Estrada da Colônia, b) Elaboração de Plano de Manejo APA Guandu Açú. Em  
22 continuidade foi realizado a leitura da ata do dia 25 de maio de 2020, após lida pelo  
23 secretário executivo do conselho, foi aprovada com as correções nominais e textuais  
24 sinalizados ao longo da leitura. José Arnaldo propôs o avanço de pauta devido a problemas  
25 de rede, o que interferiu no item seguinte que seria a leitura da ata do dia 29 de junho de  
26 2020. Todos aprovaram. O presidente do conselho informou que saiu a tabela do ICMS**





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
E TURISMO – SEMAETUR  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE –  
CONDEMA

1º Reunião Extraordinária de 2020 – 13/07/2020

27 ecológico do município, onde avançamos muito nos números de arrecadação, saindo de 2.5  
28 milhões para 4.6 milhões. Foram eles os seguintes itens: Mais informações nas unidades de  
29 conservação, pontuamos pela destinação final dos resíduos, avançamos na validação das  
30 ETES, estes que por conta das alterações nas regras, como por exemplo, fossa filtra deixou  
31 de pontuada. Qualquer tipo de ETE comercial não pode mais ser item de pontuação. O  
32 município está no período de recursos, o que tange no processo de envio de relatórios de  
33 eficiência, que totalizam 12 ao ano, para a contabilização são necessários 8 para que se  
34 tenha a média da sua eficiência. O período vai até o dia 24 de julho, para que estes sejam  
35 enviados ao INEA. O panorama hoje é que 39 municípios ainda estão em avaliação, por  
36 conta do novo decreto que preza pela qualidade das metas alcançadas e comprovação da  
37 mesma, por meio dos relatórios de eficiência, conclui o presidente: Diante desse fato, o  
38 município sai do ranking de 11º para 15º. Na Baixada Fluminense passamos a ser 1º e na  
39 região metropolitana, somos o 2º. Por isso a proposta por meio do conselho, a provocação  
40 ao governo para que faça a inserção de parte desses recursos de arrecadação do ISMS  
41 ecológico para o fundo. Ele informou que nesse ano, pelo novo decreto houve mudanças  
42 que vieram a favorecer os municípios nos seguintes aspectos: Quem possui, plano de  
43 saneamento básico, plano de Mata Atlântica, plano e política de Educação Ambiental e  
44 Licenciamento Ambiental efetivo e que dispõe de alguma parte desses repasses do ICMS  
45 ecológico para o fundo municipal. O Presidente aproveitou o momento para elogiar o  
46 esforço do conselho no cumprimento das reuniões regimentares, pois entre as 12 reuniões  
47 ao ano, conseguimos realizar 8 e as outras conseguimos comprovar que foi por falta de um  
48 voto, no que tange o quórum regimentar, o destaque é o nosso conselho, está entre os dez  
49 mais dentre outros. Luís Fernando (ONG ONDA VERDE), ressalta que é importante o  
50 entendimento dos conselheiros na questão da operacionalização do fundo de meio  
51 ambiente, para que de fato parte desses recursos sejam usados no setor ambiental no  
52 município. José Arnaldo (Presidente do conselho, discorda e contrapõe dizendo que só para



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
E TURISMO – SEMADETUR  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE –  
CONDEMA

1º Reunião Extraordinária de 2020 – 13/07/2020

53 a operacionalização das ETES iniciado pela SEMIF e agora pela gestão da SEMSERP, absorve  
54 3.800.000 milhões para manter e garantir o tratamento do esgoto, a proposta é que  
55 consigamos avançar no decreto do item 5, para validar com mais clareza essa minuta de  
56 resolução em questão, até porquê garantir pagamentos de serviços, aquisição de  
57 equipamentos, etc, via fundo de meio ambiente, vai fazer com que esse índice de qualidade  
58 Ambiental que é o que está monitorando o cumprimento dos planos de saneamento, plano  
59 da Mata Atlântica, programas de Educação Ambiental, Licenciamento Ambiental etc, vai  
60 fazer com que o município atraia até 10% a mais do seu volume de recursos, que hoje gira  
61 em torno de 9.000.000 milhões. Só o fundo gabarita 3% desses recursos, o que ficaria em  
62 torno de 900.000 mil, dinheiro esse que seria o suficiente para pagar como por exemplo  
63 toda a equipe da Guarda Ambiental, todo o serviço do parque, pagaria 2/3 da equipe da  
64 SEMADETUR. Dando continuidade no **item 5**, a proposta seria a formação de um grupo de  
65 trabalho ou relatoria para um debate sobre o seguinte assunto: Programa de produtores de  
66 água e floresta, legislação de governança das Unidades de conservação. A ideia é passar de  
67 forma sintetizado pelo conselho e aprofundar o debate de acordo com a dinâmica que for  
68 aprovada aqui, pelos conselheiros. Essa informação sobre o programa de produtores de  
69 água e floresta já vem sendo pauta no comitê Guandu, em que prevê nos próximos 25 anos  
70 dentro do seu plano de bacia, na agenda de infraestrutura verde um orçamento de 112  
71 milhões de recursos oriundos de outorga e outras fontes, para fomento e apoio aqueles  
72 proprietários rurais que conservem floresta ou aceite a recuperação de forma voluntária. Na  
73 questão governança da legislação das unidades de conservação, ela é uma metodologia de  
74 medição de resultados associados a melhoria do grau de implementação das unidades de  
75 conservação. Outro item foi a questão do lançamento dos índices do ICMS ecológico em que  
76 a coordenação era da SEMDATUR e agora passa a ser um grupo de trabalho pelas seguintes  
77 secretarias: SEMADETUR, SEMSERP, EMLURB, SEMED, SEMEF e que na prática continua  
78 sendo a SEMADETUR. A proposta é que esse mecanismo volte para a coordenação integral





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**  
**E TURISMO – SEMADETUR**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE –**  
**CONDEMA**

**1º Reunião Extraordinária de 2020 – 13/07/2020**

79 da SEMADETUR, por isso o pleito do decreto. Foi encaminhado a retirada de dois membros  
80 para a relatoria do decreto e seu acompanhamento. Será enviado o convite as seguintes  
81 instituições: ONG ONDA VERDE, TNC, PROJETO EAE, CHEFE DO PARQUE MUNICIPAL DE  
82 NOVA IGUAÇU e a engenheira florestal da SEMADETUR. O conselho acatou a proposta. Item  
83 6. Proposta de fusão dos itens 5 e 6, seria para manter os nomes já aprovados na reunião em  
84 anterior. Item 8. Foi apresentado a proposta de cooperação técnico científica entre o  
85 município e a Instituição de ensino CEFET. O conselheiro Wesley Padim (EMLURB),  
86 enfatizou que seria interessante ter para cada etapa do projeto em questão, um resumo do  
87 andamento, para o seu acompanhamento. Os informes gerais. O presidente informou que o  
88 conselho de turismo solicitou intervenções nas cachoeiras na região da colônia em  
89 Adrianópolis. José Arnaldo informou que a SEMADETUR já sinalizou os locais com placas de  
90 proibição juntamente em parceria com a ONG ECO PRESERVAR, REBIO TINGUÁ. Essa questão  
91 é de extrema importância, pois aquele local faz parte do complexo do sistema de captação  
92 de água para o abastecimento da CEDAE, por conta do isolamento social e da pandemia,  
93 está havendo um aumento por essas áreas tanto na REBIO quanto no parque municipal,  
94 inclusive questões relacionadas ao desmatamento próximo ou dentro das unidades de  
95 conservação. Eu Luís Fernando P. Rodrigues lavei esta ata. Nada mais havendo a discutir ou  
96 constar, encerra-se a presente ata que após lida e conforme será devidamente assinada.  
97 Nova Iguaçu, treze de julho de dois mil e vinte.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
E TURISMO – SEMADETUR  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE –  
CONDEMA

1º Reunião Extraordinária de 2020 – 13/07/2020

Membros Presentes: José Arnaldo (SEMADETUR), Matheus Mendes (SEMADETUR), Kátia Vanessa (SEMED), Danilo Santos (SEMIF), Denise Flávio (SEMUS), Wesclei Pandim (EMLURB), Karla Ayres (CREA), José Castricini (AAPAMGM), Luís Fernando (Onda Verde) e Aldeci Conrado (UGB).

Membros Ausentes: Claudio Domingos (Ecopreservar), Braian Otávio (Ecopreservar), Felipe Rangel Garcia (CMNI), Fábio José de Freitas Santos (CMNI), José David Lopes (SEMEF), Jarbas Fernando de Lima Dutra (SEMEF), Paulo de Tarso de Lima Pimenta (FIRJAN) e Silvia Maria Soares Coelho Lantimant (FIRJAN)

Presidente do CONDEMA

José Arnaldo dos Anjos de Oliveira

Secretário Executivo do CONDEMA

Luis Fernando Pereira Rodrigues



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
TURISMO -- SEMADETUR

221ª Reunião Ordinária de 2020 – 27/07/2020

1 No dia vinte e sete de julho de dois mil e vinte, na plataforma Elos vídeo conferência, as 14:00hs  
2 os membros do conselho municipal de meio ambiente se reuniram virtualmente na plataforma  
3 virtual Elos conferência para a realização da reunião ordinária. Com os seguintes presentes: **Denise**  
4 **Flavio da C.B. Lima (SEMUS), Matheus Mendes (SEMADETUR), Danilo Santos (SEMIF) Kátia**  
5 **Vanessa Araujo (SEMED), Wesclei Pandim (EMLURB), José Castricini (AAPAMGEM), Karla Ayres**  
6 **(CREA), Luís Fernando P. Rodrigues (ONG ONDA VERDE), Aldeci Conrado (UGB), Latife Assed**  
7 **(OAB)** .O Secretário Executivo, Luis Fernando, constatou o quórum da reunião, porém com a  
8 ausência do Presidente do Conselho, Sr. José Arnaldo dos Anjos de Oliveira. As 14:30hs  
9 novamente o Secretário constatou a ausência do presidente, e as 14:45 horas verificou ausência  
10 do presidente, informando aos conselheiros, que a reunião estava suspensa, pela impossibilidade  
11 do presidente estar presente na reunião, e pela vacância na vaga de vice presidente, antes ocupada  
12 pela ex membro do CONDEMA, representante do CREA, Aline D'Angela. Eu, Luís Fernando P.  
13 Rodrigues lavrei esta ata. Nada mais havendo a discutir ou constar, encerra-se a presente ata que  
14 após lida e conforme será devidamente assinada. Nova Iguaçu, vinte e sete de julho de dois mil e  
15 vinte.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
TURISMO – SEMADTUR

221ª Reunião Ordinária de 2020 – 27/07/2020

Membros Presentes: : Denise Flavio da C.B. Lima (SEMUS), Matheus Mendes (SEMADETUR), Danilo Santos (SEMIF) Kátia Vanessa Araujo (SEMED), Wesclei Pandim (EMLURB), José Castricini (AAPAMGEM), Karla Ayres (CREA), Luís Fernando P. Rodrigues (ONG ONDA VERDE), Aldeci Conrado (UGB), Latife Assed (OAB)

Membros ausentes: Claudio Domingos (Ecopreservar), Braian Otávio (Ecopreservar), Felipe Rangel Garcia (CMNI), Fábio José de Freitas Santos (CMNI), José David Lopes (SEMEF), Jarbas Fernando de Lima Dutra (SEMEF), Paulo de Tarso de Lima Pimenta (FIRJAN) e Silvia Maria Soares Coelho Lantimant (FIRJAN)

Presidente do CONDEMA

José Arnaldo dos Anjos de Oliveira

Secretário Executivo do CONDEMA

Luís Fernando Pereira Rodrigues





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
TURISMO – SEMADETUR

222ª Reunião Ordinária de 2020 – 31/08/2020

1 No dia trinta e um de agosto de dois mil e vinte, as 14:00h os membros do Conselho Municipal  
2 Para Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, se reuniram para virtualmente na plataforma  
3 virtual Google Meet para a realização da 222ª reunião ordinária, debatendo a seguinte pauta:  
4 **1) Aprovação da Convocação da 222ª Reunião Ordinária; 2) Leitura de Ata 220ª Reunião Ordinária**  
5 **2020 – Sem quórum (26/06/2020); 3) Leitura de Ata 1ª Reunião Extraordinária 2020**  
6 **(13/07/2020); 4) Leitura de Ata 221ª Reunião Ordinária 2020 (27/07/2020); 5) Revisão do**  
7 **Regimento Interno; 6) Tomada de Água do Guandu – Construção da Barragem; 7) Lançamento**  
8 **Disk Queimadas Nova Iguaçu; 8) Fundo Municipal de Meio Ambiente; 9) Informes Gerais: 9.1)**  
9 **Leitura Ofício ECOPRESERVAR.** O Presidente José Arnaldo (SEMADETUR) deu início à Reunião,  
10 dando boas-vindas a todos os presentes, e logo em seguida pedindo ao Secretário Executivo, Luís  
11 Fernando (Onda Verde), constatar a presença de quórum do encontro. Pela chamada nominal de  
12 cada um dos presentes, o Secretário Executivo constatou quórum na reunião, dando assim a  
13 palavra ao presidente para o início da mesma. O Presidente apresentou a pauta da reunião aos  
14 membros presentes. Começando pelo item de pauta número **1) Aprovação da Convocação da 222ª**  
15 **Reunião Ordinária.** Toda plenária do conselho aprovou a convocatória para esta reunião. Dando  
16 prosseguimento, os itens **2) Leitura de Ata 220ª Reunião Ordinária 2020 – Sem quórum**  
17 **(26/06/2020); 3) Leitura de Ata 1ª Reunião Extraordinária 2020 (13/07/2020); 4) Leitura de Ata**  
18 **221ª Reunião Ordinária 2020 (27/07/2020)** foram debatidos. As atas citadas acima foram enviadas  
19 com antecedência pelo e-mail e pelo WhatsApp para que todos os conselheiros pudessem ler e  
20 fazer possíveis contribuições. O Presidente questionou se havia alguma consideração a fazer sobre  
21 as atas, e se alguém teria alguma contribuição a mais para estar complementando. Toda plenária  
22 do Conselho disse que não teria nada a se complementar, aprovando assim a ata, com um único  
23 voto de abstenção da conselheira Walessa Pedroza (SEMIF), por não ser conselheira nas reuniões  
24 dos dias 26/06, 13/07 e 27/07. A Conselheira Latife Assed (OAB), pediu pra constar em ata que,  
25 aprovou as atas, mesmo não estando presente na reunião. Dando continuidade à reunião, foi  
26 debatido o item **5) Revisão do Regimento Interno;** O Presidente começou sua fala citando a  
27 importância de revisar o regimento, incluindo no mesmo a questão das reuniões por vídeo  
28 conferência implicada pelo COVID19, incluindo também algumas regulamentações relacionadas à  
29 gravação de reuniões, entre outros pontos para alteração. O Presidente pediu que se fossem  
30 escolhidos 3 relatores que tivessem o interesse em participar do Grupo de Trabalho para Revisão  
31 do Regimento Interno, propondo um calendário e marcando assim, uma reunião extraordinária  
32 para alteração do RI. O Presidente José Arnaldo, o Secretário Luís Fernando, os membros Matheus  
33 Mendes (SEMADETUR) e Karla Ayres (CREA-RJ) se propuseram a participar do GT. A Conselheira  
34 Latife Assed questionou quanto a questão das filmagens, se elas já estariam regulamentadas e se  
35 seria bom incluir no novo RI. O Presidente disse que, tudo que já foi regulamentado, se pudesse  
36 fazer parte do novo RI, seria melhor, reforçando as resoluções já deliberadas por este conselho. O  
37 próximo ponto debatido, foi o número **6) Tomada de Água do Guandu – Construção da Barragem;**  
38 O Presidente começa dizendo que esse empreendimento estava previsto para construção desde  
39 2011, a licença foi emitida em favor da CEDAE, depois da crise de janeiro da geosmina, o  
40 governador lança a proposta. A lagoa do Guandu recebe água do rio Ipiranga, Cabuçu, Poços  
41 (Esgoto de Engenheiro Pedreira), Queimadas e recebe todo esgoto de toda URG Cabuçu, e o





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
TURISMO – SEMADETUR

222ª Reunião Ordinária de 2020 -- 31/08/2020

42 próprio Rio Guandu, que recebe esgoto de Japeri, Paracambi e todos os municípios que estão pra  
43 cima, além de Seropédica que lança antes da captação de água do Guandu. Somando todo mundo,  
44 dá em média 300/350 mil pessoas que contribuem com efluentes, sejam industriais, sejam  
45 domésticos. A resolução CONAMA 237 prevê que uma série de empreendimentos precisam ter  
46 EIA/RIMA. Passado 9 anos, o projeto renasce com a crise da geosmina. O questionamento é,  
47 segundo o Presidente José Arnaldo, os estudos que estão fundamentando a proposta de  
48 engenharia dessa barragem, está extremamente desatualizado, ou inexistente. O Presidente ainda  
49 citou a importância de o CONDEMA opinar sobre o assunto, considerando a Lei 2.868/1997 e o  
50 Decreto 10.110, que diz que o CONDEMA é o Conselho Gestor da APA Guandu-Açu e das demais  
51 Unidades de Conservação que não possuem conselho. Os nomes dos membros Luís Fernando e  
52 Walessa Pedroza serão referendados junto ao Comitê de Bacia do Guandu, para acompanhamento  
53 da obra, convidando o INEA para apresentar o estado da arte dessa barragem, a Defesa Civil  
54 Municipal para explicitar os potenciais dos riscos de possuir mais uma barragem dentro do  
55 território. Convidar também o professor Adacto da UERJ, para o CONDEMA ter um posicionamento  
56 técnico a respeito do assunto. O presidente José Arnaldo propôs uma inversão de pauta, em virtude  
57 do convidado Alexandre Belchior, membro do Instituto Ecopreservar, instituição membro do  
58 CONDEMA, precisar sair da reunião. Assim, o Secretário Executivo, Luís Fernando, começou a ler  
59 o ofício ECO preservar item **9) Informes Gerais: 9.1) Leitura Ofício ECOPRESERVAR**. O membro do  
60 Claudio Rodrigues (ECOPRESERVAR), agradeceu o presidente pela oportunidade de leitura do ofício  
61 no conselho, e deu a palavra ao presidente, José Arnaldo, que continuou a reunião. O próximo item  
62 **7) Lançamento Disk Queimadas Nova Iguaçu**; o Presidente José Arnaldo, deu a palavra pra  
63 convidada Sandra Borges (SEMADETUR), para explicar sobre o Disk Queimadas de Nova Iguaçu. É  
64 um projeto que teve aprovação do antigo secretário da SEMADETUR, Fernando Cid e do Prefeito  
65 Rogério Lisboa. Foram realizados vários encontros com o Corpo de Bombeiros, com a Defesa Civil,  
66 e a própria presença da SEMADETUR, pelo fato da SEMADETUR não haver atendimento 24h em  
67 comparação com a Defesa Civil, deixando assim essa tarefa para DC-NI, que recebe os  
68 atendimentos, e se houver incêndio, é comunicado com urgência a SEMADETUR, via WhatsApp, e-  
69 mail ou um ligação. Se não houver incêndio, ou já estiver acontecido, a Defesa Civil aciona a  
70 SEMADETUR por e-mail, e a Secretaria toma as medidas cabíveis para realizar a verificação, a  
71 metragem do local e etc. Havendo o incêndio, indo a equipe da SEMADETUR, e não conseguindo  
72 debelar o incêndio, se contacta ao 4º GBM, para apoio. O número do disk queimadas é: 0800-022-  
73 3660. Encerrando a reunião, o último item de pauta: **8) Fundo Municipal de Meio Ambiente**. O  
74 Presidente começou sua fala citando a lei 2.868/97, que criou o Fundo Municipal de Meio  
75 Ambiente, citando seus objetivos: o financiamento de planos, programas e projetos de prevenção  
76 e conservação do meio ambiente. Citando que o fundo será gerenciado pelo Secretário da  
77 SEMADETUR. Marcelo Cavalcanti (SEMADETUR) citou que estamos adiantados para  
78 implementação do FMMA. Já se possui o a lei e a regulamentação da lei. Disse ainda que a  
79 SEMADETUR está em negociações avançadas com a SEMEF para tirar o CNPJ do FMMA do papel.  
80 O FMMA só pode receber recurso a partir do momento que ele for uma pessoa jurídica  
81 independente da conta 00 da Prefeitura Municipal. O Secretário Executivo, Luís Fernando, mostrou  
82 a importância da Secretaria de Meio Ambiente poder ter seu FMMA funcionando. E se colocou a



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**TURISMO – SEMADTUR**

**222ª Reunião Ordinária de 2020 – 31/08/2020**

---

83 disposição, para poder tocar, junto aos conselheiros, o que for preciso para implantação do fundo.  
84 Após a discussão sobre o tema, o presidente do conselho lembrou aos conselheiros da reunião  
85 extraordinária do dia 11/09/2020 para aprovação do Plano de Manejo da APA Guandu-Açu. Por  
86 fim, o Presidente encerrou a sessão. Eu, Luís Fernando P. Rodrigues lavrei esta ata. Nada mais  
87 havendo a discutir ou constar, encerra-se a presente ata que após lida e conforme será  
88 devidamente assinada. Nova Iguaçu, trinta e um de agosto de dois mil e vinte.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
TURISMO – SEMADETUR

222ª Reunião Ordinária de 2020 – 31/08/2020

Membros Presentes:

José Castricini (AAPAMGM), Cláudio Rodrigues (ECOPRESERVAR), Karla Ayres (CREA), Latife Assed (CREA-RJ), Katia Vanessa (SEMED), Leyla Pereira (UGB), Matheus Mendes (SEMADETUR), José Arnaldo (SEMADETUR), Luís Fernando (ONDA VERDE), Wesclei Pandim (EMLURB), Walessa Pedroza (SEMIF)

Convidados Presentes:

Wanda (SEMUG), Alexandre Belchior (Ecopreservar), Sandra Borges (SEMADETUR), Marcelo Cavalcanti (SEMADETUR)

Ausências na Reunião:

Felipe Rangel Garcia (CMNI), Fábio José de Freitas Santos (CMNI), José David Lopes (SEMEF), Jarbas Fernando de Lima Dutra (SEMEF), Paulo de Tarso de Lima Pimenta (FIRJAN) e Sílvia Maria Soares Coelho Lantimant (FIRJAN)

Presidente do CONDEMA

José Arnaldo dos Anjos de Oliveira

Secretário Executivo do CONDEMA

Luís Fernando Pereira Rodrigues



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
TURISMO – SEMADETUR

2ª Reunião Extraordinária de 2020 – 11/09/2020

1 No dia onze de setembro de dois mil e vinte, às quatorze horas, os membros do Conselho Municipal  
2 Para Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (CONDEMA), se reuniram virtualmente na  
3 plataforma Google Meet para a realização da 2ª reunião extraordinária, debatendo os seguintes  
4 pontos de pauta: **1) Aprovação da Convocatória da 2ª Reunião Extraordinária, 2) Aprovação do**  
5 **Plano de Manejo da APA Guandu-açu.** Todos os arquivos referentes a Reunião de Aprovação do  
6 Plano de Manejo foram previamente enviadas a todos os conselheiros para leitura e  
7 aprofundamento sobre o tema. O Secretário Executivo Luís Fernando, a pedido do Presidente do  
8 CONDEMA, José Arnaldo dos Anjos de Oliveira, realizou a 1ª chamada, constatando a falta de  
9 quórum no primeiro momento. O presidente aproveitou a oportunidade para realizar os informes  
10 a respeito das ações entregues da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura,  
11 Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEMADETUR. Destacou a parceria com a CEDAE na  
12 manutenção da limpeza das trilhas do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu - PNMNI,  
13 mantendo todas trilhas limpas e abertas; Início do serviço de Topografia das estradas do PNMNI  
14 (10/09), tanto da estrada Sul, quanto da estrada Norte; Entendimentos com a CEFET em relação ao  
15 Termo de Cooperação firmado para implementação das Unidades de Conservação APA Morro  
16 Agudo, APA Tinguázinho, APA Retiro e APA Posse-Guarita, considerando que a CEFET está inserida  
17 dentro da APA Morro Agudo, garantindo a infraestrutura física das unidades citadas acima para  
18 pontuação no ICMS Ecológico nos próximos anos; O Plano Municipal de Mata Atlântica – PMMA,  
19 em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, e o Governo Alemão, está em fase final de  
20 elaboração; e hoje (11/09) foi a premiação dos Top 15 Municípios do ICMS Ecológico de 2020, Nova  
21 Iguaçu ficou na 8ª colocação no ranking geral, sendo premiada futuramente com um veículo do  
22 tipo Pick-up. Após os informes, o Secretário Executivo Luís Fernando realizou a segunda chamada,  
23 constatando assim o quórum, dando a palavra ao Presidente José Arnaldo, que prontamente  
24 agradeceu a presença de todos na reunião pela importância que este encontro possuía, agradeceu  
25 também a ONG Onda Verde pela realização dos estudos provenientes da elaboração do Plano de  
26 Manejo da UC, ao Professor Felipe Brasil, Coordenador Geral/Técnico da equipe que elaborou o  
27 plano, a State Grid por toda disposição administrativa em prol deste estudo, toda equipe  
28 SEMADETUR pelo apoio técnico dado e toda comunidade pesqueira e moradores do Guandu. Após  
29 a sua fala, o Presidente do CONDEMA deu a palavra para o Professor Felipe Brasil para início da  
30 apresentação. Primeiramente o professor agradeceu a oportunidade de estar apresentando o  
31 plano ao CONDEMA, numa apresentação que o objetivo principal era auxiliar o CONDEMA, atual  
32 Conselho da APA Guandu-Açu (pelo Decreto 10.110/2013 que diz que o CONDEMA atua como  
33 Conselho Gestor das APAs Guandu-Açu, Tinguázinho, Retiro, Morro-Agudo e Posse Guarita, até  
34 implementação de seus próprios conselhos.) a gerir a UC. Segundo professor, o estudo foi realizado  
35 durante um período de 6 meses, gerando um documento de mais de 500 páginas, sendo  
36 apresentado na reunião do conselho uma síntese deste plano. A APA Guandu-Açu foi criada há 16  
37 anos atrás pela Lei Municipal nº 3.591 de 07 de julho de 2004. O plano de manejo será um  
38 instrumento da gestão administrativa, que dará condições para nortear todas as ações de  
39 implementação das políticas de conservação, preservação e de uso da unidade. A Unidade possui  
40 935,61 hectares de extensão, fazendo limite com o município de Queimados e Seropédica, à  
41 montante da Captação de Água da Companhia Estadual de Água e Esgoto - CEDAE na Estação de  
42 Tratamento de Água - ETA Guandu, responsável pelo tratamento da água de mais de 9 milhões de  
43 habitantes. O objetivo principal da APA visa a preservação do conjunto natural e paisagístico local,





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
TURISMO – SEMADETUR

2ª Reunião Extraordinária de 2020 – 11/09/2020

44 além de dar ênfase para as necessidades de proteção e preservação do conjunto florestado e da  
45 qualidade das águas do rio Guandu e do complexo lagunas a montante da captação da água da  
46 CEDAE. De acordo com o Professor Felipe Brasil, a metodologia utilizada para elaboração do plano  
47 foi em consonância com as diretrizes do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio e o  
48 Instituto Estadual do Ambiente – INEA. A APA Guandu-Açu tem forte relação com a APA Estadual  
49 do Guandu e com os corredores florestais da Bocaina e o do Tinguá. Dois tipos de ferramentas  
50 foram utilizadas, a primeira foi o levantamento de dados bibliográfico e a segunda de dados  
51 primários, de campo. Foram feitas incursões nas áreas terrestres e aquáticas, instalações de  
52 câmeras para levantamento de fauna, acompanhamento dos pescadores da região na retirada do  
53 pescado proveniente da lagoa do Guandu, reuniões com os moradores em conjunto com a  
54 SEMADETUR. O professor também frisou que o início dos trabalhos de produção do plano  
55 combinou com o início da pandemia de COVID-19, o que se tornou um desafio para toda equipe  
56 de elaboração. A equipe a todo momento respeitou as regras distanciamento social, utilizando os  
57 equipamentos de proteção individual, não pondo em risco a saúde dos profissionais responsáveis  
58 pela elaboração do plano, nem dos moradores da região do Guandu, que participaram  
59 efetivamente auxiliando na construção do Plano de Manejo. Professor Felipe Brasil abordou na  
60 reunião no tópico Diagnóstico Socioambiental, o Meio Abiótico (Clima, Geologia, Geomorfologia,  
61 Pedologia e Hidrografia); o Meio Biótico (Fauna, Flora), destacando espécies presentes na região  
62 de ambos os grupos. Ainda no tópico Diagnóstico Sócioambiental, o professor destacou o Meio  
63 Socioeconômico da região, onde a pesca artesanal, a agricultura familiar e o comércio local são as  
64 principais atividades econômicas da região. Nas incursões no território, se observou importantes  
65 interferências antrópicas, que podem comprometer as condições de conservação e preservação da  
66 área. Dentre essas interferências antrópicas, a principal observada foi a falta de Saneamento Básico  
67 na região, sendo comum encontrar lançamento de esgoto doméstico e industrial nos corpos  
68 hídricos. O professor disse que a lagoa do Guandu recebe diretamente descargas dos rios  
69 Queimados/Poços e Ipiranga, o que dá uma coloração escura e odor à água da região, pela  
70 quantidade de produtos químicos e matéria orgânica encontrada nos corpos d'água. Apesar dos  
71 problemas antrópicos da região, ela possui potencial para atividades que envolvem pesquisa,  
72 educação ambiental, turismo, dentre outras, podendo garantir a gestão da área e o sustento das  
73 famílias que habitam na região. O professor Felipe citou as potencialidades da área da APA Guandu-  
74 Açu, favorecendo a preservação do meio ambiente e favorecendo a geração de empregos da  
75 região. Atividades como o turismo de contemplação, turismo técnico-científico, ecoturismo,  
76 turismo de pesca, birdwatching, trilhas sensíveis, trilhas interpretativas com potencial  
77 contemplativo nas elevações (mirantes) e turismo gastronômico. Essas atividades geram  
78 empregos, desenvolvem economicamente a região, favorecem o crescimento sustentável e  
79 fomenta o empreendedorismo. Para elaboração do plano, foi criado um Questionário Participativo  
80 que auxiliou a elaboração do Plano. Além desse questionário, foram realizadas Oficinas  
81 Participativas de Elaboração – OPEs, que aconteceram em 3 (três) dias distintos: 23, 24 e 25 de  
82 junho, das 13h às 16h, através de videoconferências. Através dessas oficinas, os participantes  
83 puderam conhecer e debater sobre as principais características referentes aos meios físicos  
84 (abiótico e biótico) e socioeconômicos da APA, suas fragilidades e potencialidades, além da  
85 proposta de zoneamento. Professor Felipe citou que todas OPEs foram gravadas e estão a  
86 disposição para consulta. Citou também a participação vital da SEMADETUR na disponibilização de





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**TURISMO – SEMADTUR**

**2ª Reunião Extraordinária de 2020 – 11/09/2020**

87 equipamentos para participação dos moradores de Guandu-Açu na reunião, respeitando o  
88 distanciamento necessário em função da Pandemia de COVID-19. O Professor Felipe Brasil  
89 continuou sua apresentação citando as normas gerais da APA Guandu-Açu, tendo como principal  
90 objetivo orientar os procedimentos e ações necessárias para o manejo da área regulamentando e  
91 esclarecendo as atividades permitidas ou proibidas. Após apresentar sobre as Normas Gerais, o  
92 professor discursou sobre o Zoneamento Ambiental da região da APA Guandu Açu, sendo  
93 caracterizada em três zonas: Zona de conservação, Zona de Ocupação Controlada e Zona de  
94 Ocupação Controlada e suas peculiaridades. O professor apresentou os Planos Setoriais da APA  
95 Guandu-Açu, divididos em: Plano Setorial de Geração de Renda e Manejo Sustentável dos Recursos,  
96 com os seguintes programas: Programa de Incentivo a Práticas Agrícolas Sustentáveis, Programa  
97 de Incentivo à Pesca Artesanal Sustentável, Programa de Recreação e Turismo Sustentável,  
98 Programa de Incentivo ao Artesanato e Fortalecimento do Comércio Local e Programa de Incentivo  
99 a Práticas de Construção Sustentável e Saneamento; Plano Setorial de Integração e Gestão  
100 Interinstitucional, com os seguintes programas: Programa de Cooperação Interinstitucional,  
101 Programa de Comunicação Social e Programa de Educação Ambiental; Plano Setorial de  
102 Conhecimento, com os seguintes Programa de Pesquisa e Programa de Monitoramento  
103 Socioambiental; Plano Setorial de Proteção Ambiental, com os seguintes programas: Programa de  
104 Recuperação Ambiental, Programa de Controle e Fiscalização Ambiental, Programa de Prevenção  
105 e Combate a Incêndios e Programa de Monitoramento da Biodiversidade e o Plano Setorial de  
106 Operacionalização Administrativa, com os programas: Programa de Administração e Manutenção  
107 e Programa de Infraestrutura e equipamentos. Dente esses programas citou os programas  
108 seguintes como prioritários para implementação. Na Zona de Conservação: Programa de Incentivo  
109 à Pesca Artesanal Sustentável, Programa de Recreação e Turismo Sustentável, Programa de  
110 Incentivo ao Artesanato e Fortalecimento do Comércio Local, Programa de Incentivo a Práticas de  
111 Construção Sustentável e Saneamento, Programa de Educação Ambiental, Programa de Pesquisa,  
112 Programa de Monitoramento Socioambiental, Programa de Recuperação Ambiental, Programa de  
113 Monitoramento de Biodiversidade, Programa de Controle e Fiscalização Ambiental, Programa de  
114 Prevenção e Combate a Incêndios e Programa de Comunicação Social. Na Zona de Uso  
115 Agropecuário: Programa de Incentivo a Práticas Agrícolas Sustentáveis, Programa de Incentivo a  
116 Práticas de Construção Sustentável e Saneamento, Programa de Educação Ambiental, Programa de  
117 Controle e Fiscalização Ambiental, Programa de Comunicação Social e Programa de Prevenção e  
118 Combate a Incêndios. Na Zona de Ocupação Controlada: Programa de Incentivo a Práticas de  
119 Construção Sustentável e Saneamento, Programa de Educação Ambiental, Programa de Controle e  
120 Fiscalização Ambiental, Programa de Prevenção e Combate a Incêndios e Programa de  
121 Comunicação Social. O Plano ainda possui 3 (três) Áreas de Interesse: Área de Interesse Turístico  
122 (AIT), Área de Recuperação (AR) e Área de Uso Conflitante (AUC). A AIT, classificando os programas  
123 seguintes como prioritários: Programa de Recreação e Turismo Sustentável, Programa de Educação  
124 Ambiental, Programa de Comunicação Social e Programa de Monitoramento de Biodiversidade. A  
125 AR classificando os programas seguintes como prioritários: Programa de Recuperação Ambiental,  
126 Programa de Controle e Fiscalização Ambiental, Programa de Prevenção e Combate a Incêndios,  
127 Programa de Comunicação Social e Programa de Monitoramento de Biodiversidade. O AUC,  
128 classificando os programas seguintes como prioritários: Programa de Cooperação Interinstitucional  
129 e Programa de Comunicação Social. Ainda na fala do Professor Felipe, o mesmo apresentou duas



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
TURISMO – SEMADETUR

2ª Reunião Extraordinária de 2020 – 11/09/2020

130 tabelas com a infraestrutura, equipamentos e recursos humanos a serem adquiridos pela UC para  
131 sua total gestão, frisando a importância da APA possuir seus equipamentos e sua mão de obra  
132 própria, considerando a bonificação proveniente do mecanismo do ICMS Ecológico, que pontua no  
133 índice de Grau de Implementação. Apresentou também o cronograma de Implementação do Plano,  
134 num horizonte de 5 anos, tendo 2021 como Ano 1 e assim até 2025. Além do cronograma de  
135 implementação do Plano, apresentou modelos de planilhas de efetividade de planejamento da UC  
136 e planilhas de avaliação das zonas e áreas estratégicas da APA, finalizando assim sua apresentação,  
137 dando a palavra ao Presidente do CONDEMA, José Arnaldo, que prontamente agradeceu ao  
138 professor pela apresentação e iniciou a votação para aprovação. **O Plano foi aprovado por**  
139 **unanimidade por toda plenária do CONDEMA.** Por fim, o Presidente encerrou a sessão. Eu, Luís  
140 Fernando P. Rodrigues lavrei esta ata. Nada mais havendo a discutir ou constar, encerra-se a  
141 presente ata que após lida e conforme será devidamente assinada. Nova Iguaçu, onze de setembro  
142 de setembro de dois mil e vinte.  
143





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
TURISMO – SEMADETUR

2ª Reunião Extraordinária de 2020 – 11/09/2020

Membros Presentes:

José Arnaldo dos Anjos de Oliveira (SEMADETUR), Matheus Mendes (SEMADETUR), Walessa Pedroza (SEMIF), Danilo dos Santos (SEMIF) Kátia Vanessa (SEMED), Denise Flávio (SEMUS), Wesclei Pandim (EMLURB), Karla Ayres (CREA-RJ), Luis Fernando (Onda Verde) e Ana Lúcia de Araujo (AAPAMGM).

Convidados Presentes:

Edgar Martins (SEMADETUR), Marcela Diniz (SEMADETUR), Cristilene Delfino (SEMADETUR), Daiane Estácio (SEMADETUR), Nelson Reis (APEDEMA-RJ), Felipe Brasil (Onda Verde), Geovana Souza (Onda Verde), Débora Monteiro (CEFET), Letícia Oliveira (PUC-RJ), Felipe Carvalho, Júlia Savoia, Fernando Cid e Vitor Ambrozini.

Ausências na Reunião:

Felipe Rangel Garcia (CMNI), Fábio José de Freitas Santos (CMNI), José David Lopes (SEMEF), Jarbas Fernando de Lima Dutra (SEMEF), Paulo de Tarso de Lima Pimenta (FIRJAN) e Silvia Maria Soares Coelho Lantimant (FIRJAN), Leyla Pereira (UGB) e Latife Assed (OAB).

Presidente do CONDEMA

José Arnaldo dos Anjos de Oliveira

Secretário Executivo do CONDEMA

Luis Fernando Pereira Rodrigues





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**TURISMO – SEMADETUR**

**223ª Reunião Ordinária de 2020 – 28/09/2020**

---

1 No dia vinte oito de setembro de dois mil e vinte, as 14:00h os membros do Conselho Municipal  
2 Para Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, se reuniram para virtualmente na  
3 plataforma virtual Google Meet para a realização da 223ª reunião ordinária, debatendo a  
4 seguinte pauta: **1) Aprovação da Convocação da 223ª Reunião Ordinária 2020; 2) Leitura e**  
5 **Aprovação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária 2020; 3) Andamento do Plano Municipal de**  
6 **Resíduos Sólidos; 4) Esclarecimento sobre a Resolução SEMADETUR 002/2018, que estabelece**  
7 **os critérios e normas técnicas para regulamentar processos administrativos e ações de medidas**  
8 **mitigatórias e compensatórias provenientes das instalações de empreendimentos de obras e**  
9 **reformas com impacto no Município de Nova Iguaçu; 5) Solicitação à Subsecretaria de**  
10 **Licenciamento e Fiscalização sobre todas as licenças emitidas do ano de 2017 à 2020 e 6)**  
11 **Informes Gerais.** O Presidente José Arnaldo (SEMADETUR) deu início à Reunião, dando boas-  
12 vindas a todos os presentes, e logo em seguida pedindo ao Secretário Executivo, Luís Fernando  
13 (Onda Verde), constatar a presença de quórum do encontro. Pela chamada nominal de cada um  
14 dos presentes, o Secretário Executivo constatou quórum na reunião, dando assim a palavra ao  
15 presidente para o início da mesma. O Presidente apresentou a pauta da reunião aos membros  
16 presentes. Começando pelo item de pauta número **1) Aprovação da Convocação da 223ª**  
17 **Reunião Ordinária 2020;** Todos os membros presentes na reunião aprovaram a pauta da reunião.  
18 Feito isso, o Secretário Executivo perguntou aos membros se era possível, a partir da leitura  
19 prévia de todos, realizar apenas a leitura de possíveis pontos a serem alterados ou se eles  
20 preferiam ler a Ata da última reunião por completa. Foi decidida, através de comum acordo, a  
21 leitura completa da Ata. **2) Leitura e Aprovação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária 2020;** A  
22 leitura da Ata foi iniciada e conduzida pelo Secretário Executivo. O mesmo sinalizou algumas  
23 alterações no texto para melhorar a leitura da Ata. Em regime de votação para aprovação da  
24 minuta de 2ª reunião extraordinária de 2020, todos os membros aprovaram, por unanimidade.  
25 Seguindo a reunião, foi iniciado o 3 ponto de pauta: **3) Andamento do Plano Municipal de**  
26 **Resíduos Sólidos.** O Secretário Executivo comunicou que essa pauta entrou em questão devido à  
27 solicitação do Ministério Público pedindo o posicionamento dos membros do conselho e passa a  
28 fala para o presidente. O presidente esclarece que a solicitação é para saber se o cronograma  
29 previsto do atendimento estava sendo cumprido. Logo em seguida, passou a fala para Weslei  
30 Pandim (EMLURB), para maiores esclarecimentos em relação ao Plano Municipal de Resíduos  
31 Sólidos. Weslei Pandim (EMLURB) diz que foram feitas duas apresentações do Plano, em junho,  
32 quando ocorreu a paralisação da filmagem devido ao problema da gravação do google meet, no  
33 final de agosto apresentou também para ter a validação e em outubro foi feita a audiência  
34 pública, onde já estava finalizado e sairia para a entrega para o executivo e aprovação via decreto  
35 e acredita que dentro de 15 dias terá o plano aprovado para começar a execução das metas  
36 previstas no plano de metas. Também disse que o relatório final está pronto e dentro de alguns  
37 dias irá para a procuradoria. O presidente perguntou ao Weslei Pandim (EMLURB) se o  
38 cronograma que está previsto no Ministério Público para elaboração é o mesmo que esta sendo  
39 cumprido e ele respondeu que não, pois o prazo está expirado e não teve outro cronograma. Em  
40 dezembro a gente respondeu o Ministério Público sobre a reciclagem, fizemos uma avaliação e  
41 ajustes onde tinha planta de triagem para ser mais equalizada e com isso o prazo foi





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
TURISMO - SEMADETUR

223ª Reunião Ordinária de 2020 – 28/09/2020

42 ultrapassado, devido também aos problemas que tiveram de março até este mês, como: meio  
43 período de expediente e uma série de complicações e foi se estendendo, mas nessa semana ele  
44 estará finalizado. O presidente então agradece a informação e pede para enviar o que está sendo  
45 tramitado na fase que estiver para leitura e possível complementação. No final do que está sendo  
46 tramitado, o processo vai ser rechado... o processo foi aberto pela SEMADETUR, o Ministério  
47 Público notificou a secretaria para fazer a elaboração do plano e a secretaria encaminhou para o  
48 gestor de resíduos da EMLURB e ficou uma tramitação por vários anos e de 2017 para cá a  
49 EMLURB assumiu e conduziu da maneira correta para conseguir finalizar o plano, agora foi  
50 resolvido e vai para aprovação da procuradoria ou executivo e está dependendo do jurídico para  
51 esclarecer como irá proceder para liberar, pois a minuta já está pronta. O presidente indagou qual  
52 prazo para a publicação e o Wesclei Pandim (EMLURB) respondeu que seria dezembro de 2019. O  
53 presidente perguntou se é preciso fazer um novo cronograma para atualização ou mantém.  
54 Wesclei Pandim (EMLURB) diz que através do ofício PJ 333/2020 foi justificado o atraso na  
55 entrega e a resposta já vai para o ministério público com essa data que será encaminhado para a  
56 procuradoria com a segunda fase executada, junto com as evidências das audiências públicas,  
57 que dá mais garantia para a promotora. O presidente pergunta se o texto que está na  
58 procuradoria é o texto final. Wesclei Pandim (EMLURB) responde que é o relatório 2 com o  
59 relatório 1, resultando no texto final. O presidente solicita que o relatório final seja  
60 disponibilizado para todos os conselheiros e Wesclei diz que irá enviar para o Matheus para  
61 replicar para todos e esclarece que o texto ainda não foi para a procuradoria, pois o jurídico da  
62 empresa está analisando pra onde deverá ser mandado primeiro: procuradoria ou executivo. O  
63 presidente pergunta se o conselho precisa aprovar ou só o fato de ter o cronograma já vale para  
64 liberar o relatório. Wesclei Pandim (EMLURB) esclarece que remete ao conselho para fazer as  
65 aprovações de fase e até a audiência pública, depois da audiência a empresa já pode encaminhar  
66 como decreto projeto de lei e passa a vigorar. Wesclei Pandim (EMLURB) diz que a empresa  
67 também está respondendo o ofício do Ministério Público. O presidente quer todos os informes  
68 que estão com o Wesclei Pandim (EMLURB) e socializar a cópia para todos pois já está perto de  
69 enviar para a procuradoria. Ele solicita que a prazo nessa ata que o prazo final de publicação fique  
70 para final de outubro, para que a próxima reunião já tenha o extrato publicado. O secretário  
71 executivo lê no chat da reunião que a conselheira Ana Lucia Araújo (AAPAMGM) diz que o  
72 conselho aprovou o plano com algumas ressalvas e pede para verificar. Ele diz que lembra que  
73 ficaram de fazer duas reuniões para aprovar e estava com a notificação do ministério público e  
74 lembra também que a primeira de fato não houve quórum, mas a segunda teve, porém vai  
75 verificar porque houve a audiência pública e a aprovação do cronograma do plano era uma das  
76 etapas para que depois fosse encaminhado para audiência pública. A conselheira Lafite Assed  
77 (OAB) pede para reforçar a solicitação de distribuição de cópias do plano. Encaminhamentos:  
78 Disponibilizar aos membros cópias do plano para texto final para consolidar. A conselheira Katia  
79 Wanessa (SEMED) pede para que as ressalvas feitas pelos conselheiros em reuniões passadas,  
80 registradas em Atas, em relação ao plano, sejam conferidas. Feitas as considerações, foi iniciada a  
81 pauta seguinte: **4) Esclarecimento sobre a Resolução SEMADETUR 002/2018, que estabelece os**  
82 **critérios e normas técnicas para regulamentar processos administrativos e ações de medidas**





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
TURISMO – SEMAETUR

223ª Reunião Ordinária de 2020 – 28/09/2020

83 **mitigatórias e compensatórias provenientes das instalações de empreendimentos de obras e**  
84 **reformas com impacto no Município de Nova Iguaçu;** O secretário executivo diz aos conselheiros  
85 que resgatou a legislação e entendendo a importância da mesma, indaga se a resolução já está  
86 publicada em vigor, porque se não tiver, caberá ao conselho fazer valer essa resolução. Se já foi  
87 publicada, irá respaldar o item 5, que é a solicitação a subsecretaria de licenciamento sobre quais  
88 foram as licenças emitidas e como está o estado dessas licenças. O presidente responde que irá  
89 conferir e dará ciência durante a semana por e-mail e em cima do conteúdo dela, o conselho  
90 deverá fazer valer. Dentro do processo de licenciamento ambiental, o conselho é um dos  
91 elementos validadores da legislação. Nós só temos o licenciamento nível máximo, tendo a  
92 existência do conselho, isso é tão verdade que para o ICMS ecológico tem que colocar duas vezes  
93 as nossas atas, para a validação do índice de qualidade ambiental em função da existência do  
94 conselho. Precisa ter no mínimo 4 atas por ano com quórum para ser validado. Como tem 12  
95 atas, não tem dificuldade. É um exercício de transparência, da legalidade, ter essa prática. Aqui  
96 em Nova Iguaçu não foi desenvolvido com organicidade. É preciso verificar resolução publicada,  
97 se não tiver um rito definido, definir esse rito. Esse foi o encaminhamento, como coordenador do  
98 grupo de trabalho do ICMS ecológico, quero ainda aprovar esse ano todos os dados do ICMS  
99 ecológico, tenho a aprovação do conselho para seu lançamento. Foi feita essa provocação a  
100 subsecretaria do estado que toma conta do ICMS ecológico visto que nosso conselho tem  
101 construído esse processo de empoderamento governamental e nos permitiu homologar o  
102 conselho. Sem o conselho perde tudo, sem a existência do conselho zera e não ganha os pontos  
103 do índice de qualidade em função de ter ou não licenciamento ambiental. O presidente se  
104 compromete a olhar essa resolução, ver o conteúdo dela e como ela regulamenta o prazo de  
105 apresentação das licenças e também a luz do ICMS ecológico, a gente aprovar na próxima reunião  
106 de outubro esse rito. Que os dados vêm sendo apresentados a partir de janeiro e fevereiro do  
107 ano que se lança o dado, geralmente final de março. E que esse conselho tenha esse  
108 empoderamento porque de muitos conselhos em todo estado do rio de janeiro apenas 10%  
109 cumpriram o seu regimento interno. No nosso regimento prevê que para validar a ata é preciso a  
110 assinatura do secretário executivo e do presidente do conselho, a gente se arriscou para buscar  
111 as assinaturas de todos para ter a validação dessa assertiva do conteúdo das atas. Me coloco  
112 nessa provocação porque somos um conselho que empodera recursos. O secretário executivo  
113 lembra que nessa reunião tinha um consultor pela prefeitura para explicar como estava sendo  
114 feita a elaboração dessa resolução e foram duas resoluções discutidas: esse e uma outra que  
115 regulamentava o cadastro de empresas, sociedade civil, que tivesse histórico de permanência,  
116 sede no município, para que fossem prioritariamente consultadas ou participassem de prestação  
117 de serviços no município dentro da questão dos serviços ambientais. Feito as considerações, foi  
118 iniciada a pauta 5) **Solicitação à Subsecretaria de Licenciamento e Fiscalização sobre todas as**  
119 **licenças emitidas do ano de 2017 à 2020** 5) **Solicitação à Subsecretaria de Licenciamento e**  
120 **Fiscalização sobre todas as licenças emitidas do ano de 2017 à 2020.** O secretário explica que  
121 essa solicitação é necessária porque somos um conselho de extrema importância para validação  
122 de muitos processos administrativos do poder executivo, um conselho de meio ambiente e já  
123 acho um equívoco que as licenças não esteja em comunicação com os outros departamentos da





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
TURISMO – SEMADETUR

223ª Reunião Ordinária de 2020 – 28/09/2020

124 SEMADETUR e minimamente precisamos saber quais licenças estão sendo emitidas e impactos  
125 que estão acontecendo no município que tem de fato compensatórias e pra onde estão indo e se  
126 de fato estão acontecendo. Para validar outros processos os membros do conselho são  
127 procurados e o nosso papel quanto contribuinte nesse processo de gestão, então peço aos  
128 membros que olhem para essa solicitação e a gente coloque como uma tarefa, um  
129 encaminhamento para a subsecretaria e que a mesma venha na próxima reunião apresentar de  
130 forma clara e objetiva e quais foram as licenças emitidas, além das medidas impostas, aonde  
131 foram executadas e se foram executadas, ou seja, mostrar o andamento do processo. O  
132 presidente irá fazer o encaminhamento dessa solicitação para a subsecretaria, da forma como foi  
133 citado, para as licenças emitidas do início de 2017 até setembro de 2020. Feito as observações e  
134 solicitações, foi iniciado o tema **6) Informes Gerais**. O secretário executivo inicia com uma  
135 pergunta: Existe um decreto do prefeito em que o mesmo da autonomia e legalidade para que  
136 alguns recursos provenientes de obras, impactos ambientais no município possam ser  
137 direcionados para finalidades que não seja a mediação desses impactos então poderia ser para  
138 obras de infraestrutura, construções de viadutos, revitalizações de praças e etc, e gostaria de  
139 trazer para o conselho esse decreto para uma leitura e refletir sobre ele e fica como  
140 encaminhamento para a próxima reunião. O presidente diz que o decreto que rege a questão de  
141 compensação e análises ambientais é no pleito de licenciamento ambiental, decreto 11.302 de  
142 2018 e encaminha para leitura prévia. Tem duas linhas: a compensatória, que pode ser convertida  
143 e fica na subsecretaria, uma ação muito próxima ao gabinete do prefeito e tem o habite-se verde,  
144 que é menor e fica dentro do nosso setor de áreas verdes, com pequenos projetos de plantio,  
145 mudas em uma escala muito menor. Como exemplo, ele deu todos os recursos direcionados para  
146 ciclovia da Bernadino de melo foi uma conversão de compensação do projeto minha casa, minha  
147 vida da Abilio augusto Távora que permitiu uma parte das intervenções porque a outra foi da  
148 nossa parte porque do licenciamento que vem a maior parte de recursos. A conselheira Katia  
149 Wanessa (SEMED) indagou como será feita essa leitura do decreto, se será a revisão da forma da  
150 lei, como iniciou, como foi feita a concessão ou só será visto o decreto. O secretário executivo  
151 explicou que pede esclarecimento sobre a resolução 002 que estabelece critérios de  
152 regulamentações das obras administrativas, obras essas que tem impacto no município. Solicitar  
153 a subsecretaria de licenciamento as obras que já estão ocorrendo e tem as suas compensatórias e  
154 como está o andamento desse processo. Além disso o município tem um decreto que dá  
155 autonomia ao prefeito para utilizar esses recursos, por esse motivo queremos saber como estão  
156 acontecendo para saber se poderá ser aplicado em outras obras também. A ideia é ter o  
157 parâmetro da resolução, visualizar pela secretaria quais licenças foram emitidas e analisar essa  
158 lei, ou seja, leitura e análise da lei e mediante a isso verificar pelo nosso regimento e atribuições  
159 do conselho e se posicionar mediante a essa questão. Ele relata a dificuldade dos municípios  
160 entenderam a necessidade de realização de obras que ajudem no tratamento de esgoto, porém  
161 por algum motivo algumas obras estão sendo realizadas . O presidente informa que no site da  
162 prefeitura, na aba de meio ambiente, existe um link de legislação de meio ambiente, que consta o  
163 decreto 11.302 de 02 de agosto de 2017, referente a medida compensatória e na mesma página  
164 consta outra aba “Licenciamento ambiental” e dentro dela está a aba de licenças emitidas





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
TURISMO – SEMADTUR

223ª Reunião Ordinária de 2020 – 28/09/2020

165 contendo planilhas de empresas industriais, estações de tratamento de esgoto e oficinas  
166 mecânicas e pediu aprovação do encaminhamento de todas as legislações disponíveis no site  
167 para que todos tenham conhecimento e avança para a transparência dos processos. Também  
168 pediu aprovação de um convite para subsecretária de meio Ambiente para apresentar para o  
169 conselho o trabalho realizado. A conselheira Ana Lúcia (AAPAMGM) solicita que entre na próxima  
170 reunião a questão sobre falta de cumprimento de função da guarda, como foi consignado na ata  
171 do PNMNI. A conselheira Karla Ayres (CREA-RJ) reforça a importância dessa questão e do papel  
172 do conselho podendo ajudar a cobrar porque quando se trata de funcionalismo público existem  
173 vários mecanismos que precisam ser cumpridos para observar o descumprimento da função ou o  
174 cumprimento mesmo em estágio probatório por parte do servidor e frisou que já foi um tema  
175 discutido em outras pautas e pede que os conselheiros colaborem com a parte que o conselho  
176 pode estar cobrando e ver o que pode ser feito para auxiliar na resolução desse problema. A  
177 conselheira Ana Lúcia (AAPAMGM) cobrou a lei de modificação da lei da guarda, pois até o  
178 presente momento não foi enviada e lembrou que em uma reunião realizada no parque os  
179 guardas não estavam no parque, local onde deveriam estar, além disso, frisou que os eles  
180 também não estão cumprindo suas funções em outras unidades de conservação. A conselheira  
181 Katia Wanessa (SEMED) leu a fala da conselheira Lafite Assed (OAB) no chat da reunião que  
182 deveria ter punição conforme o edital ou estatuto do concurso e reforçou a ideia de ter alguns  
183 mecanismos na aferição do estado probatório, no cumprimento das tarefas, do dever do  
184 concursado e solicitou aos membros, colaborar para resolução desse problema. A conselheira  
185 Ana Lúcia (AAPAMGM) solicitou marcar uma reunião entre o CONDEMA, o Prefeito da cidade e o  
186 conselho do parque para cobrar outras medidas de soluções ambientais para o parque e outras  
187 unidades de conservação. O presidente, em contato com a secretária confirma a informação  
188 colocada sobre o projeto de lei já foi para alteração da lei que define as atribuições da guarda e  
189 que define a coordenação operacional, que só poderia ser o subsecretário de meio ambiente.  
190 Essas foram as alterações, ficando a critério do gestor da pasta e explicou que essas alterações  
191 foram para simplificar pois os guardas questionavam a autoridade do Edgar a rigor da lei, porque  
192 deveria ser exclusivamente o subsecretário de meio ambiente, o governo retirou esse cargo e  
193 nunca mais voltou e ficamos sem a possibilidade de indicar outra pessoa e tem sido uma  
194 concentração de gestão sobre a secretária e frisou que não responde pela guarda pois não é o  
195 coordenador operacional da guarda e tem pedido a alteração da lei para recomposição desse  
196 cargo ou de cargos que de mais suporte. Esclarece que é uma demanda que pressiona o cotidiano  
197 e que não possui mais 26 guardas, apenas 21, pois alguns passaram para outros concursos e não  
198 estão mais aqui e que possui um núcleo com dificuldades de ser mais colaborador e ter mais  
199 sensibilidades administrativas nas quais buscaram muito entendimento com a procuradoria, a  
200 secretária tem uma sensibilidade muito grande e trouxe muito diálogo com eles, mas não  
201 adiantou, inclusive nessa semana um questionou porque ele não faz o resgate e mais uma série  
202 de questões. A conselheira Katia Wanessa (SEMED) lembra que essa proposta já foi tratada em  
203 outras reuniões, inclusive no conselho do parque, em uma tentativa de auxiliar o gestor no  
204 comando e organização administrativa do parque e do efetivo do parque que auxilia pois é uma  
205 unidade de conservação que tem visitas e todas as suas questões bem complicadas e reitera a





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**TURISMO – SEMADETUR**

**223ª Reunião Ordinária de 2020 – 28/09/2020**

---

206 preocupação pois já faz algum tempo que essa questão foi colocada e precisam saber como está  
207 o andamento. A conselheira Ana Lúcia (AAPAMGM) pontua que, como disse o presidente, alguns  
208 guardas estão saindo e não existe previsão para um novo concurso e poderá no futuro tirar  
209 pontos do município no ICMS ecológico. A conselheira Katia Wanessa (SEMED) reitera que a não  
210 resolução desses problemas faz com que o indivíduo tenha a vontade de sair. O presidente  
211 aponta um posicionamento da conselheira Lafite Assed (OAB) que pergunta porque o conselho  
212 não coloca essa questão para a procuradoria através de ofício e aproveita para fazer um convite a  
213 procuradoria e a guarda par que seja realizado um debate, com explicações para não gerar  
214 conflitos e cada um expor sua fala observar o que avançou e reforça o convite para os guardas  
215 apresentarem os prós e contras que veem nesse processo. Além disso diz que há uma  
216 preocupação pois a lei prevê 160 guardas e hoje só passou 26. Olhar a Lei orçamentária para  
217 conseguir fazer esse tipo de concurso, também ver como pode ser combinado com o concurso da  
218 guarda municipal porque eles estando à disposição do meio ambiente, porque o município é  
219 muito grande a quantidade que tem hoje não suporta. A conselheira Ana Lúcia (AAPAMGM)  
220 questionou a quantidade de guardas que passaram no concurso, já que a lei prevê 60. O  
221 presidente explica que era previsto a aprovação de 120 e 60. Foram aprovados 49 e foi se  
222 estendendo durante 2016, depois teve um momento muito complicado no início do governo e  
223 conseguiu reaver, com ações jurídicas em nossa procuradoria, mas conseguiram convencer o  
224 tribunal de contas de várias questões, a secretaria de administração também e quando conseguiu  
225 resolver todas essas questões e chamar para os testes físicos só se apresentaram 33 e dos 33 só  
226 passaram 26, logo após foi feito o psicotécnico e um não se apresentou mas depois voltou atrás e  
227 se apresentou, porém depois começam a deixar devido a outros concursos. Frisou que estão  
228 trabalhando para fazer uma revisão da questão da gratificação para contribuir com o poder de  
229 polícia, que também foi outra questão interna, onde a secretária fez uma boa conversa com a  
230 procuradoria, além disso, a EMLURB também ajudou em capacitações mas reitera que é uma  
231 preocupação não só porque está saindo porque ainda é pouco e que Nova Iguaçu é o único  
232 município que prevê em lei a quantidade pois em municípios como Japeri possuem guardas  
233 adaptados e ganham ICMS ecológico. E o encaminhamento é trazer a guarda e a procuradoria  
234 para o conselho e juntos apresentar o projeto de lei. O presidente informa que a professora  
235 Edileuza Queiroz teve o seu projeto na pró reitoria de extensão aprovado com a nota 9.8, como  
236 primeiro colocado com 3 bolsas de mestrado associado a educação ambiental no contexto da  
237 baixada fluminense com projeto piloto aplicado no parque e seu entorno com 15 escolas e vai  
238 passar o conteúdo do projeto e virá apresentar na próxima reunião, combinado com o  
239 doutoramento do Junimar com doutoramento em educação ambiental e geodiversidade no  
240 parque, muito significativo pelo empoderamento institucional com um concurso interno de  
241 bolsas da pro reitoria de extensão e também estão na fase final de apresentação do termo de  
242 cooperação técnica com a CEFET, precisa ser feito apenas uma pequena alteração, estava  
243 aprovado mas teve que voltar para uma ampliação. No dia posterior terá uma visita com o  
244 governo do estado, na subsecretaria de mudança do clima e biodiversidade para estudo de  
245 viabilidade para implementação de 100 hectares de reflorestamento no parque e no entorno do  
246 parque, concluíram os projetos de levantamento topográficos tanto da área norte quanto da área





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**TURISMO – SEMAETUR**

**223ª Reunião Ordinária de 2020 – 28/09/2020**

---

247 sul do parque, fruto da condicionante minha casa, minha vida que esta ensejando outras  
248 melhorias no parque, avançaram no calendário de manutenção das trilhas em parceria com a  
249 CEDAE e a equipe do parque e a MasterPlan oficializou que final de outubro terá o plano  
250 municipal da mata atlântica finalizado. Os mapas, planilhas estão prontas, investimento, áreas  
251 prioritárias inclusive para aprovação no conselho. Por último, estão em entendimentos com a  
252 secretaria de planejamento e a SEMEF para regularização do CNPJ junto com a Receita Federal e  
253 dentro de 15 dias terá o CNPJ regularizado. A conselheira Ana Lúcia (AAPAMGM) perguntou se o  
254 parque ainda está fechado e o presidente respondeu que sim, que estão tentando manter  
255 fechado, a área norte está fechada, área sul também, aberto apenas para caminhada de 6:00 às  
256 10:00 da manhã. A conselheira Lafite Assed (OAB) perguntou sobre a possibilidade das reuniões  
257 voltarem a ser realizadas de modo presencial e o presidente pediu para que cada um pense a  
258 respeito visto que os números de contaminação no Rio de Janeiro estão aumentando. Porém já  
259 foi realizadas reuniões com o conselho de desenvolvimento rural é mais uma questão de  
260 viabilidade para cada um. Os conselheiros, por unanimidade, optaram por continuar com  
261 reuniões de forma remota. . Eu, Luís Fernando P. Rodrigues lavrei esta ata. Nada mais havendo a  
262 discutir ou constar, encerra-se a presente ata que após lida e conforme será devidamente  
263 assinada. Nova Iguaçu, vinte e oito de setembro de dois mil e vinte.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
TURISMO – SEMADETUR

223ª Reunião Ordinária de 2020 – 28/09/2020

Membros Presentes:

**José Arnaldo (SEMADETUR), Matheus Mendes (SEMADETUR), Denise Flávio (SEMUS), Luís Fernando (Onda Verde), Katia Wanessa (SEMED), Ana Lúcia (AAPAMGM), Lafite Assed (OAB), Weslei Pandim (EMLURB), Aldeci Conrado (UGB), Karla Ayres (CREA-RJ), Danilo Queiroz (SEMIF)**

Convidados Presentes:

**Wanda (SEMUG).**

Ausências na Reunião:

**Felipe Rangel Garcia (CMNI), Fábio José de Freitas Santos (CMNI), José David Lopes (SEMEF), Jarbas Fernando de Lima Dutra (SEMEF), Paulo de Tarso de Lima Pimenta (FIRJAN) e Silvia Maria Soares Coelho Lantimant (FIRJAN)**

Presidente do CONDEMA

José Arnaldo dos Anjos de Oliveira

Secretário Executivo do CONDEMA

Luis Fernando Pereira Rodrigues





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**TURISMO – SEMADETUR**

**224ª Reunião Ordinária de 2020 – 26/10/2020**

---

- 1 No dia vinte e seis de outubro às 14:00h, não ocorreu a 224ª Reunião Ordinária do CONDEMA.
- 2 Eu, Luís Fernando P. Rodrigues lavrei esta ata. Nada mais havendo a discutir ou constar, encerra-se
- 3 a presente ata que após lida e conforme será devidamente assinada. Nova Iguaçu, nove de
- 4 novembro de dois mil e vinte.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
TURISMO - SEMADETUR

224ª Reunião Ordinária de 2020 – 26/10/2020

---

Presidente do CONDEMA

José Arnaldo dos Anjos de Oliveira

Secretário Executivo do CONDEMA

Luis Fernando Pereira Rodrigues





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
TURISMO – SEMAETUR

3ª Reunião Extraordinária de 2020 – 09/11/2020

1 No dia nove de novembro às 14:00h, os membros do Conselho Municipal Para Desenvolvimento  
2 Sustentável e Meio Ambiente, se reuniram para virtualmente na plataforma virtual Google Meet  
3 para a realização da 3ª Reunião Extraordinária, sendo o link publicado no DO no dia 04/11/2020,  
4 tendo a seguinte pauta: **1) Aprovação da Convocação da 3ª Reunião Extraordinária; 2) Aprovação**  
5 **da ata 222ª Reunião Ordinária 2020 – 31/08/2020; 3) Cronograma Plano Municipal de Resíduos**  
6 **Sólidos; 4) Revisão do Regimento Interno – Estudo e Possíveis Alterações; 5) Laboratório de**  
7 **Estudos em Poluição do Ar – LEPA UFRJ e 6) Informes Gerais.** No início da reunião, foi observado  
8 pela Secretaria Executiva a presença de convidados desconhecidos aguardando o início do  
9 encontro. Por conta do caráter público da reunião, de acordo com o Art. 2º da Resolução 02/2020  
10 do CONDEMA, que dispõe sobre os Critérios para a realização de reuniões não presenciais, por  
11 videoconferência do CONDEMA, não houve objeções a respeito da participação desses convidados.  
12 Assim que o Secretário Executivo Luís Fernando deu início a reunião, às 14:20, esses convidados  
13 começaram a satirizar os membros do CONDEMA, ameaçando hackear os dados das pessoas  
14 presentes. Os “invasores” começaram então a gritar, colocar vídeos, músicas, entre outras coisas,  
15 assustando assim os conselheiros. Por volta de 14:30, considerando o art. 4º da Resolução 02/2020,  
16 o Secretário Executivo deu a reunião por encerrada. Importante salientar que a reunião foi gravada  
17 por completo. Eu, Luís Fernando P. Rodrigues lavei esta ata. Nada mais havendo a discutir ou  
18 constar, encerra-se a presente ata que após lida e conforme será devidamente assinada. Nova  
19 Iguaçu, nove de novembro de dois mil e vinte.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
TURISMO – SEMADETUR

3ª Reunião Extraordinária de 2020 – 09/11/2020

Membros Presentes: Matheus Mendes (SEMADETUR), Denise Flávio (SEMUS), Katia Vanessa (SEMED), Wesclei Pandim (EMLURB) Luís Fernando (Onda Verde), Latife Assed (OAB), Ana Lúcia (AAPAMGM); Aldeci Conrado (UGB)

Membros Ausentes: Karla Ayres (CREA), Claudio Rodrigues (Ecopreservar), Rosiane Garcia (Ecopreservar), Felipe Rangel Garcia (CMNI), Fábio José de Freitas Santos (CMNI), José David Lopes (SEMEF), Jarbas Fernando de Lima Dória (SEMEF), Paulo de Tarso de Lima Pimenta (FIRJAN) e Silvia Maria Soares Coeiho Lantimant (FIRJAN)

<p>Presidente do CONDEMA</p>  <p><u>José Arnaldo dos Anjos de Oliveira</u></p>	<p>Secretário Executivo do CONDEMA</p>  <p><u>Luís Fernando Pereira Rodrigues</u></p>
--	---





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**TURISMO – SEMAETUR**

**225ª Reunião Extraordinária de 2020 – 30/11/2020**

No dia trinta de novembro às 14:00h, os membros do Conselho Municipal Para Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, se reuniram para virtualmente na plataforma virtual Google Meet para a realização da 225ª Reunião Ordinária, debatendo a seguinte pauta: **1) Aprovação da Convocação da 225ª Reunião Ordinária; 2) Aprovação da Ata 223º RO, 224º RO e 3º RE; 3) PLANO DE GESTÃO INETRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS; 4) REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO; 5) LICENÇAS EMITIDAS 2017,2018,2019 e 2020; 6)Plano Municipal de Mata Atlântica e 7) Informes Gerais: 7.1) Laboratório de Estudos em Poluição do Ar – LEPA UFJ.** O secretário executivo Luís Fernando (Onda Verde) deu início a reunião e logo em seguida pediu Matheus Mendes para constatar a presença de quórum do encontro. Pela chamada nominal de cada um dos presentes, Matheus Mendes constatou quórum na reunião, dando assim a palavra ao presidente para o início da mesma. O Presidente apresentou a pauta da reunião aos membros presentes. Começando pelo item de pauta número **1) Aprovação da Convocação da 225ª Reunião Ordinária;** Houve aprovação da pauta, por unanimidade, de todos os conselheiros. Seguindo para o próximo item de pauta: **2) Aprovação da Ata 223º RO, 224º RO e 3º RE;** O secretário executivo Luís Fernando informa que todas as atas foram enviadas para os e-mails dos conselheiros e pergunta se algum deles tem alguma contribuição ou correção para fazer. Como não houve manifestações, o secretário executivo solicitou ao Matheus Mendes para fazer a chamada nominal para aprovação das atas. Todos os conselheiros presentes aprovaram as atas. Devido a ausência, até o presente momento do conselheiro Wesclei, que faria a apresentação da mesma, foi solicitado a inversão das pautas. Todos os conselheiros aprovaram. O presidente José Arnaldo, solicitou a antecipação da pauta de número 5, que é referente a apresentação do representante da subsecretaria de licenciamento e fiscalização, Ricardo, que nesse momento assume a secretaria de maneira interina. (O presidente então o convida para apresentar a pauta de número **5) LICENÇAS EMITIDAS 2017,2018,2019 e 2020;** O presidente agradeceu a presença e da disponibilidade em participar da reunião, considerando a importância, não só desse setor de licenciamento, garantindo o cumprimento desse instrumento de controle ambiental que é a licença ambiental e que a gente possa tornar uma prática essa visita e considerar a luz que dispõe a política municipal, o empoderamento dado ao conselho, que consiga estabelecer um rito mais constante nessa aproximação de quem hoje controla os empreendimentos potencialmente poluidores no município e ao mesmo tempo, o próprio processo de descentralização do licenciamento ambiental, o conselho municipal empodera o município dessa possibilidade e também existe o ICMS ecológico, além do conselho de meio ambiente também empodera a prática do licenciamento ambiental a nível local. Foi feita a solicitação para que a partir de agora o ICMS ecológico a partir de agora pode solicitar aos municípios a anuência do conselho de Meio Ambiente para validação dos itens do ICMS ecológico, de forma que hoje o grupo de trabalho, que coordeno e represento neste momento, dentro do governo Rogério Lisboa, possa ter a capacidade de antes de enviar, buscar a fiscalização, anuência e o controle desse importante conselho municipal que em cada relatório anual tem que descrever um resumo dos seus procedimentos de controle e aprovação ao longo de todas as reuniões. Não sendo apenas uma prática da transparência pública mas sim um protótipo do que o órgão estadual deve sinalizar para a efetiva comprovação da ação do conselho de meio ambiente, um órgão controlador,





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**TURISMO – SEMADETUR**

**225ª Reunião Extraordinária de 2020 – 30/11/2020**

---

supervisor, deliberado, propositor em favor do desenvolvimento sustentável. É importante entender que os instrumentos que estão previstos na nossa política de meio ambiente, de licenciar, do controle, do conselho em si se unam nesse momento para comprovada qualificação do ato de se permitir que uma empresa atue no nosso território e que tenha suas validações, a partir de tudo que está condicionado para sua operação e que possa evoluir no sistema, dando mais transparência, informações, cuidados e que toda essa gama de documentos que transitam possa garantir a melhor qualidade ambiental para nosso território. Nesse instante, o presidente passa a fala para Ricardo que inicia dizendo que não está mais responsável pelo setor de licenciamento e justificou a ausência da subsecretária devido seu marido estar com sintomas de covid e ela também. Ele segue dizendo que o corpo técnico da subsecretaria de licenciamento ambiental é composto por 10 técnicos, das mais variadas formações, e se divide na parte de emissão da licença e dois técnicos são designados para o setor de pós-licença, no acompanhamento das condicionantes das licenças ambientais e pergunta o que os conselheiros querem saber. O presidente disse que ele poderia ficar a vontade para fazer sua apresentação. Ricardo começa dizendo que existem várias tipologias de licenças ambientais, desde as simplificadas, prévias simplificadas, prévia de instalação, instalação, instalação e operação, operação, operação e recuperação e de desativação. Em 2017 foram emitidas 114 licenças ambientais simplificadas, 5 licenças de instalações, 46 licenças operação, 2 licenças de recuperação e operação, principalmente para postos de combustíveis, quando estão contaminados tem que emitir nas condicionantes para recuperação deles, 1 licença prévia e 2 licenças prévias de instalação e também 210 certidões ambientais. As certidões ambientais são emitidas na ilegitimidade do licenciamento, quando o empreendimento é dispensado do licenciamento ambiental, aí é feito o enquadramento do empreendimento em relação ao seu corte e seu potencial poluidor levando em consideração os decretos 10.640 e 10.641 de 2016 e também é feito junto no portal do licenciamento do INEA. No ano de 2018 foram emitidas 5 licenças ambientais simplificadas, 9 licenças de instalação, 43 licenças de operação, 3 licenças de operação e recuperação, 2 licenças prévias, 3 licenças prévias de instalação e 270 certidões ambientais. Faltando apenas as autorizações ambientais que não foram colocadas. No ano de 2019 foram emitidas 7 licenças ambientais simplificadas, 10 licenças de instalações, 33 licenças de operação, 4 licenças prévias, 9 licenças prévia instalação e 244 certidões ambientais. E no ano de 2020, devido a pandemia o serviço ficou restringido e o número diminuiu, até o momento, foram emitidas 2 licenças ambientais de recuperação, 2 licenças de instalação, 29 licenças de operação, 2 licenças de operação e recuperação, 2 licenças prévias, 2 licenças prévias de instalação, 1 licença de instalação e operação e 129 certidões ambientais. Após a fala, o secretário executivo diz que ficou com dúvidas em relação aos números apresentados, e cita como exemplo as licenças de recuperação, pois gostaria de saber do que se trata, qual a empresa solicitante, empreendimento, que tipo de recuperação está sendo feita no município. Uma outra coisa que chamou a atenção foi o número de certificações: Indagou se todo o número apresentado foi emitido no município mesmo? E voltou a dizer que em números não ficou muito claro e que talvez em tabelas poderiam conseguir visualizar melhor e ter mais clareza sobre o que está sendo feito em relação as licenças. O presidente pediu a fala e propôs que pudesse receber





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**TURISMO – SEMADETUR**

**225ª Reunião Extraordinária de 2020 – 30/11/2020**

---

da subsecretaria um relatório mais sistematizado de forma que os questionamentos do secretário executivo possam estar melhor esclarecidos, a partir de um documento formal encaminhado a presidência do conselho e será repassado para todos para um maior entendimento e apropriação. Ricardo então pediu para oficializar o pedido a secretaria, o presidente explica que está dentro do conselho de meio ambiente, que faz parte da SEMADETUR, e diz que irá reenterrar a solicitação e já está aprovado como encaminhamento desse conselho e pediu para que ele lê-se o regimento interno para entender o empoderamento do conselho nas suas deliberações e declara, como presidente e companheiro de secretaria que esse documento a subsecretaria deve ao conselho mas irá formalizar, como presidente essa solicitação. Ricardo indaga que o item 5 da pauta diz “Licenças emitidas” e não para especificar cada uma delas mas perguntou se querem que especifique. O presidente diz que será um relatório de atividades para que as pessoas percebam e entendam a dinâmica desse conjunto de autorizações emitidas, qual foi o universo por tipificação, por atividade e pergunta se eles sabem quantas empresas hoje estão sobre licenciamento municipal ou aquelas que já foram emitidas inclusive a própria dispensa de licenciamento e qual o tamanho do cadastro técnico hoje existente de alvará, para uma questão de exemplificação? Para as pessoas perceberem a dinâmica que a subsecretaria vive, inclusive com a interlocução com as ações da própria secretaria de fazenda, seus alvarás e o histórico que o órgão ambiental tem e qual o universo de empresas que de alguma forma receberam análise do nosso setor ambiental que possa apontar. O presidente pergunta quantas empresas temos no nosso cadastro técnico. Ricardo informa que no momento não tem essa informação. O presidente então diz que irá fazer essas questões, formalmente, para que eles respondam e os conselheiros entendam a importância do que a secretaria está fazendo nesse momento e também qual o universo de empresas que hoje estão registradas de alguma forma por alguns documentos, dentro do seu grupo de atividades e como foi a dinâmica desses últimos 4 anos. Continua dizendo que há 13 anos o município licencia empresas de baixo a médio porte e Ricardo informa que hoje em dia existem poucas empresas em Nova Iguaçu, a maioria são postos de gasolina, oficina mecânica e lembra que tiveram perdas com a Nielly e metalúrgicas. O presidente pergunta se ele sabe, a partir desse volume de grandes e pequenas empresas no sentido de arrecadação, a o valor arrecadado através dessas empresas. Ricardo explica que o que mais arrecada é antena de telefonia, por volta de 500 reais, a arrecadação é baixa. O que aumenta um pouco o valor da taxa é quando tem algum estudo, uma auditoria, que tem que ser analisado e isso é cobrado também, porém os valores das taxas são baixos, até pelo porte das empresas instaladas no município. O presidente então faz uma última pergunta relacionada ao ICMS ecológico: Diz que são feitas os lançamentos de dados das ETE's existentes, públicas ou particulares, e que tem uma importância muito grande em relação ao repasse do ICMS em si, em função da cobrança do maior rigor do cumprimento do sistema PROCON ÁGUA, que é um sistema que existe para lançamento e controle dos empreendimentos que produzem efluentes e jogam nos corpos hídricos. Tivemos um queda muito em função da perda de oportunidade de lançar, por exigência, por exemplo: As ETE's de empreendimento comercial não são mais permitidas, as industriais já não eram mais permitidas, as fossas filtro foram eliminadas do sistema, então fomos perdendo em população atendida mas também teve algumas questões relacionada ao cumprimento dos PROCON ÁGUA,





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**TURISMO – SEMAETUR**

**225ª Reunião Extraordinária de 2020 – 30/11/2020**

---

nos relatórios mensais de monitoramento e que pelo menos dos 12 exigidos por ano, 8 é o mínimo para considerar relatório de eficiência. Hoje como está sendo feito o pós-licença desse sistema, e não só importantes para o controle de qualidade dos efluentes e da efetiva licença protegendo a poluição, como também é importante em função da arrecadação em si do ICMS ecológico, não tem um valor tão grande, mas se. O presidente então pergunta aos conselheiros se eles possuem alguma dúvida ou curiosidade. Ricardo se coloca a disposição para tirar dúvidas pessoalmente, na própria subsecretaria, para conhecer as legislações, a diferença de uma para outra, quando e porque emitir. Nenhum conselheiro questionou e o presidente encaminhou a proposta, para receber no início de Janeiro um relatório simplificado que consiga abranger as ações e as explicações importantes, junto com as legislações e decretos, e a partir de gráficos, o entendimento dos conselheiros seja melhor, como essas licenças públicas e privadas influem para a qualidade da gestão ambiental local e disse que irá oficiar com mais detalhes o pedido do relatório e todos os conselheiros aprovaram. Feito isso, o presidente agradece a presença do Ricardo. O secretário executivo dá continuidade a reunião e agradece a presença do Ricardo e as suas informações também. Segue apresentando os itens de pauta e confere se o conselheiro Wesclei está na reunião para fazer a sua apresentação referente ao item 3 da pauta. Ele pede que siga com as pautas para se organizar melhor e conseguir apresentar. O presidente pede para fazer uma proposição ao conselho em relação ao regimento interno, para que possa aprofundar e adiantar o tema do Plano Municipal de Mata Atlântica. O secretário executivo concorda e o presidente inicia dizendo que tiveram dificuldades de pontar algumas questões do regimento e não foi enviado o documento e quer fazer uma proposição para avançar para o Plano Municipal de Mata Atlântica e deixasse o item de revisão do regimento interno como ponto único da próxima reunião de dezembro para fazer de uma forma objetiva, mas com alterações que começaram a ser feitas em reuniões passadas, porém não conseguiu fechar e nem enviar e pede para fechar a última reunião de dezembro com essa pauta. Pois tem a ver com a resolução que provou, em reunião por vídeo conferência, alterações em relação ao grupo de trabalho, que já foi aprovado em ATAs anteriores até de aumento dos participantes dos grupos de trabalho e a forma de legitimar os visitantes, com as APAs que tem o decreto 10.110 que empodera o conselho como conselho gestor das APAs Tinguazinho, Morro Agudo, Posse Guarita, e Retiro e também Guanduçu que está nascendo um conselho próprio, para dar uma regimentada, e o INEA adiantou que para esses casos é preciso uma câmara técnica que tocasse o conselho gestor de forma específica. No passado foi estabelecido a criação dessa câmara técnica, nascendo integrada a educação ambiental, a biodiversidade, e gestão de unidade de conservação, mas a luz do ICMS ecológico isso se complica um pouco. O texto não ficou muito bem concluído por nós, e queria deixar esse tema como uma reunião extraordinária para o próximo mês e entraríamos na próxima pauta. Todos os conselheiros aprovaram a mudança de pauta. Ficou informado pelo Matheus que a próxima reunião será no dia 14 de dezembro. Cristilene Delfino, geografa e assessora de Desenvolvimento da SEMAETUR inicia a pauta 6) **Plano Municipal de Mata Atlântica**. Cristilene inicia sua fala se apresentando e dizendo que estará apresentando o Plano Municipal de Conservação e recuperação da Mata Atlântica para posterior aprovação, que levou cerca de 2 anos para se consolidar e irá passar os pontos estratégicos do mesmo para os





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**TURISMO – SEMADETUR**

**225ª Reunião Extraordinária de 2020 – 30/11/2020**

---

conselheiros entenderem como foi dividido e qual a intenção dele. O plano teve a inclusão inicial de 10 municípios da região mosaico central Fluminense mas o projeto no final contou com apenas 9 municípios: Cachoeira de Macacu, Guapimirim, Macé, Miguel Pereira, Itaboraí, Magé, Tanguá, Nova Iguaçu e São Gonçalo. O ponto principal para escolha dos municípios foi o mosaico central fluminense, onde a Rebio Tingua tem mais de 55% da sua reserva dentro do município de Nova Iguaçu, fazendo Nova Iguaçu ser contemplado e a APA Jaceruba que está inscrita para fazer parte do mosaico. E essas potencialidades que o município tem de unidades de conservação, Nova Iguaçu foi contemplado a fazer parte do apoio a elaboração do projeto do plano. A empresa responsável pela elaboração foi a Masterplan, que foi contratada pelo projeto Biodiversidade e mudanças climáticas da Mata Atlântica, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente, com apoio técnico e financeiro do Governo Alemão, a cooperação técnica alemã para o desenvolvimento sustentável e o FUNBIO, também contou com o apoio da Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS). A criação do PMMA está de acordo com a lei 11.428 de 2006, conhecida como a lei da mata atlântica. O projeto teve início em 2019, onde ocorreu a convocação de todos os municípios na SEAS. O PMMA é um instrumento de planejamento ambiental municipal que contém no mínimo 4 iniciativas como: Diagnóstico da vegetação nativa e mapeamento dos remanescentes florestais; Indicação dos principais vetores de desmatamento ou destruição da vegetação nativa; indicação de áreas prioritárias para conservação e recuperação da vegetação nativa e indicações de ações preventivas aos desmatamentos ou destruição da vegetação nativa e de conservação e utilização sustentável da Mata Atlântica do Município. E o nosso plano, a partir de objetivos específicos que vão estar presentes no plano de ação, vão visar essas 4 perspectivas que o plano tem que possuir. É uma característica do projeto é promover a conservação e recuperação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos como uma forma de adaptação das pessoas aos efeitos de mudanças do clima, numa abordagem denominada adaptação baseada em ecossistemas (AbE), consideradas em todas as etapas de elaboração e futura implementação do PMMA. Todo PMMA foi pensado e elaborado em medidas AbE. A construção do PMMA dos municípios do Mosaico Central Fluminense foi realizada em etapas, começando pela organização de sua estrutura, passando pela mobilização e criação dos grupos de trabalho, elaboração dos diagnósticos municipais e dos planos de ação que compõe os PMMAs, finalizando com as orientações aos municípios participantes sobre a aprovação e implementação desses planos. Assim, a relevância dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA) no estado do Rio de Janeiro é evidenciada como parte de uma estratégia para o alcance de objetivos importantes de esfera municipal, regional, nacional, por apresentar diretrizes para a conservação e recuperação do Bioma Mata atlântica. Cristilene aponta que em todo processo de busca no PMMA, procuraram inserir as nossas unidades de conservação dentro da discussão, fazendo assim uma sobreposição sobre elas, ou seja, um olhar para nosso território principalmente das nossas unidades que são fragilizadas e a partir do PMMA ser um instrumento de gestão do território, a gente consiga fomentar a implantação de medidas mais eficazes de conservação das nossas unidades de conservação. Nesse sentido, a aplicação do conceito AbE é realizada por meio da gestão e utilização da biodiversidade e de serviços ecossistêmicos, aproveitando oportunidades





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**TURISMO – SEMADETUR**

**225ª Reunião Extraordinária de 2020 – 30/11/2020**

---

de conservação, recuperação e uso sustentável dos ecossistemas para a geração de serviços que ajudam as pessoas e se adaptar a esse cenário. Como desdobramento, minimiza-se os impactos da mudança do clima sobre os ecossistemas ressaltando justamente a relação de interdependência entre a qualidade de vida do ser humano e saúde ambiental desse bioma. As medidas AbE vão estar contempladas dentro de 3 ações: Ajuda as pessoas a se adaptarem à mudança do clima; faz um ativo da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, faz parte de uma estratégia mais ampla de adaptação. As medidas AbE não olham apenas para o fragmento, mas olha também para a população e medida em que vamos tentando adaptar o que a gente quer de conservação, é uma maneira de inserir essa população dentro dessas medidas, ou seja, são medidas entendidas por muitos como uma educação ambiental informal, busca trabalhar a ideia da gestão junto com a sociedade organizada, com a política pública para gerar a conservação e a renda, uma possibilidade de adaptação dessa população. No nosso caso são medidas que vão tentar minimizar os impactos climáticos e o que nós pensamos no nosso plano é gerar renda para os sitiantes, próximas as regiões que vão estar em áreas de agricultura ou áreas próximas das nossas unidades de conservação. Dentro das metodologias e processos utilizados foi usado o roteiro metodológico, publicado pelo Ministério do Meio Ambiente em 2017 e traz as seguintes estratégias: A visão ambiental regional, e a visão local, o levantamento das funções dos ecossistemas no âmbito regional, promoção de trabalho conjunto dos municípios com características similares, que foi o que acabou sendo feito, a consolidação de informações secundárias e levantamentos primários junto aos municípios, abordagem de práticas dos problemas sobre situações reais, promoções de articulações intermunicipal na adoção de medidas práticas e efetivas, indicações de medidas pautadas na realidade administrativa, e tratamento das questões das mudanças de clima de forma objetiva e pragmática promovendo um entendimento da questão. E seus desafios. A partir dessas estratégias foi possível fazer a adoção de estratégias direcionadas na análise regional e municipal,. Como o PMMA tem um viés de trabalhar as questões climáticas, foi necessário fazer uma identificação das necessidades de adaptação do clima que vai requerer a análise dos fatores que vai determinar a natureza da vulnerabilidade, da exposição, probabilidade e intensidade das ameaças climáticas a partir das análises de riscos climáticos que tem como objetivo identificar os fatores que vão contribuir para o risco climático do município, assim, foi utilizado o painel intergovernamental sobre mudanças climáticas (IPCC) que vai definir riscos climáticos como o potencial impacto onde algo de valor está em jogo e onde o resultado é incerto. O risco de impactos relacionados ao clima resulta de interação entre ameaça, vulnerabilidade, exposição de sistemas humanos e naturais. É uma cadeia de impacto que vai considerar a ocorrência de um determinado fenômeno climático que pode levar a um impacto físico direto que pode causar uma consequência de impactos intermediários e esses impactos vão ocorrer devido a vulnerabilidade e exposição de risco climático. Essa “árvore” acaba sendo um instrumento de tomada de decisão para observar como pode ser a sequência. Então a partir da análise de riscos climáticos e do IPCC, o PMMA foi pensado para minimizar os impactos climáticos dentro do município, para isso o projeto foi organizado mobilização dos atores, com gestores municipais de meio ambiente na sede da SEAS e em seguida com a realização de reuniões em casa município





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**TURISMO – SEMADETUR**

**225ª Reunião Extraordinária de 2020 – 30/11/2020**

sobre a importância, conteúdo e processo de elaboração de PMMA. A estratégia metodológica utilizada para a construção do PMMA envolveu a criação de um grupo de trabalho composta por membros das secretarias municipais de meio ambiente além da presença de outras secretarias e órgãos relacionados ao planejamento urbano, defesa civil e atores locais. O GT reuniu elementos para qualificação dos futuros problemas, definindo estratégias e medidas de adaptações para fazer face as futuras demandas relacionadas a mudança do clima. Dessa forma, foram estabelecidas análises estratégicas prévias pelo GT para direcionar os levantamentos e objetivos específicos durante o processo de elaboração do PMMA. A primeira atividade junto com os municípios foi a realização de um curso de nivelamento do PMMA com a apresentação dos mecanismos de proteção da mata atlântica, além de conceitos e funcionamento sobre o bioma e a provisão de serviços ecossistêmicos, bem como mudança do clima, adaptação baseada em ecossistemas (AbE) e cronograma do projeto. O primeiro curso foi realizado na Onda verde, logo em seguida também ocorreu cursos de capacitação que iniciou a etapa do diagnóstico da Mata Atlântica, de forma regional. O resultado foi a elaboração do diagnóstico regional no qual apresenta a situação da Mata atlântica no âmbito intermunicipal. Nesse curso foi possível observar em quais lugares do município ocorrem as maiores mudanças climáticas. A elaboração do diagnóstico da mata atlântica no contexto municipal contou também com trabalhos de campo, sempre com participação de membros do GT para observação das principais características dos remanescentes florestais e questões relacionadas. A partir do diagnóstico municipal foi dado início a etapa de planejamento do PMMA que se materializou nos planos de ação de cada um dos municipais envolvidos. E cada um foi construído junto com os participantes do GT e abordou estratégias que se desdobram em um conjunto de ações, visando o alcance de cada um dos objetivos específicos. E os objetivos específicos do PMMA de Nova Iguaçu foram: Reduzir os riscos de inundações em áreas estratégicas com medidas baseadas em ecossistemas; Reduzir as ilhas de calor e melhorar a qualidade de vida com soluções baseadas na natureza; Reduzir processos erosivos nas encostas do Maciço do Mendanha fortalecendo os ecossistemas; Fortalecer a gestão e a implementação das unidades de conservação para melhorar a oferta de serviços ecossistêmicos; Estabelecer corredores ecológicos municipais e ou regionais para possibilitar a conectividade dos fragmentos de Mata Atlântica; Estabelecer medidas para reabilitação de áreas de mineração. Para a elaboração do plano de ações foram realizadas reuniões virtuais com os integrantes dos GTs dos municípios e atores chaves, tendo a equipe Masterplan como apoio técnico aos participantes. Nesse momento foi compartilhada uma tabela com o plano de ações do PMMA. Além de todas as ações foram gerados mapas que exemplifiquem as ações e dada a explicação em cada um. Feito isso, Cristilene Delfino termina sua apresentação sobre o Plano Municipal de Conservação e recuperação da Mata Atlântica. O presidente do conselho pergunta se os conselheiros possuem alguma dúvida sobre a apresentação e propõe uma aprovação por resolução para publicação pela importância que a lei dá ao conselho. Rosiane pediu a fala para fazer uma observação, na página 22, na tabela 2 que consta alguns assentamentos mas não conta o assentamento de campo alegre e queria saber se essa informação que veio do INCRA já está faltando campo alegre, por ser estadual ou por outro motivo e gostaria de saber. Cristilene responde que tiveram alguns percalços em relação aos





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**TURISMO – SEMADETUR**

**225ª Reunião Extraordinária de 2020 – 30/11/2020**

---

assentamentos mas a base de dados que a Masterplan utilizou foi a base de dados oficial do INCRA , onde a própria fez questionamentos ao INCRA em relação aos assentamentos dentro do território de Nova Iguaçu, então a própria tabela do INCRA está desatualizada, dentro do INCRA eles não contemplam determinados tipos assentamentos que estão dentro de Nova Iguaçu, passam por Nova Iguaçu e eles não reconhecem e eles acabam colocando as informações que são oficiais disponibilizadas pelo INCRA , e se colocou a disposição para enviar a tabela do INCRA, que pediu diretamente para o Roberto , mostrando quais são e onde estão os assentamentos no município. O presidente diz que eles identificaram também o assentamento São Bento que está em caxias e pelo momento de criação dele, ele estava lá. E ficaram sem poder de influenciar os dados pois é uma base oficial. Rosiane então pergunta se o assentamento Campo Alegre fica de fora dessas medidas no plano , pois ele não conta no estudo, como serão tratados esses dados e a realidade porque é uma área importante rural, uma área que tem fragmentos florestais e se ficar de fora como irá ser tratada. O presidente responde que ele está sendo tratado pela bacia do rio Ipiranga e cabuçu, diz que priorizou as demandas provocadas pelo Maciço do Gericinó que tem impacto tanto na bacia do botas , como também a bacia Ipiranga cabuçu por serem áreas de mananciais, pela ETA guandu . Existe um mecanismo chamado área de importância de mananciais pelo INEA , então toda bacia do Ipiranga Cabuçu , Jaceruba, rio São Pedro, o próprio sarapó são contribuintes . Cristilene explica que o plano trabalha as medidas AbEs e elas são inúmeras, vão trabalhar inundações, redução de ilhas de calor, e com isso consegue trabalhar dentro do assentamento de campo alegre com outras vertentes, como por exemplo, reflorestamento da microbacia, promoção de educação ambiental, então dentro das tabelas do plano de ação vamos ter várias medidas que vão contemplar o assentamento de campo alegre porque ele estará sendo contemplado com intenções e objetivos estratégicos da bacia do guandu e do rio Ipiranga e cabuçu.; O presidente lembra que dentro das ações do plano tem capacitação para os agricultores, a ideia é eles verem os assentamentos dessas regiões como potenciais locais de viveiros comunitário ou rurais, que possam ser um espaço gerador de emprego e renda inclusive. O presidente continua com a fala e diz que solicitou incluir o município de Nova Iguaçu dentro do programa Floresta do Amanhã, validando aproximadamente 149 hectares em áreas públicas de unidades de conservação, 38 no parque, 14 na APA Morro Agudo e 97 na Rebio Tinguá. Estamos buscando uns estudos dentro da bacia do Rio Tatu Gamela e Contenda com alguns hectares para se tornar uma área pública e que no futuro acrescentar o parque mas que nesse momento seria espaço para validade dentro desse programa de Floresta do amanhã. O PMMA já seria um instrumento de indução para a solicitação desses projetos, inclusive agora, para nosso processo de formalização de um decreto de desapropriação, seria uma das justificativas e também validou na bacia do Ipiranga nesse mesmo sentido porque dentro do comitê de bacia do guandu já está sendo fomentado essa ideia das multas, validar os instrumentos de planejamento territorial e conservação da mata atlântica que o plano corresponde a um deles, com essa visão da sociobiodiversidade , do envolvimento social, do empoderamentos dos territórios, inclusive, com a discussão de emprego e renda nesse contexto. Propõe que todos leiam o plano para que possa formular projetos utilizando como justificativa os instrumentos que já estão aqui apontados. Tentamos juntar muitas ações que o governo e a





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**TURISMO – SEMADETUR**

**225ª Reunião Extraordinária de 2020 – 30/11/2020**

sociedade civil participem , trazendo a importância da fala de cada um . Rosiane diz que o que preocupa é a utilização dessa base de dados desatualizada que possuem também assentamentos que nem fazem mais parte do município de Nova Iguaçu e deixa uma sugestão , se for possível, colocar uma outra fonte de dados como a própria superintendência que já tem, com as áreas rurais que de fato estão no território porque acha ruim um documento tão atual sair com informações defasadas. O presidente acata a fala e pede a Cristilene para fazer uma inclusão em conjunto no texto para que atualize e crie uma tabela de informação SEMADETUR. O presidente pergunta se mais alguém tem dúvidas ou questionamentos. Como não houve, ele propôs colocar a minuta de aprovação. O presidente apresenta e lê a resolução COMDEMA nº 05 2020 que aprova o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica do Município de Nova Iguaçu. O plano é aprovado por unanimidade pelos conselheiros. Nesse momento, a próxima pauta é 3) **PLANO DE GESTÃO INETRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS;** Apresentada por Weslei Padim, representante da EMLURB . Ele inicia dizendo que em 17 de novembro foi aprovado o plano de gerenciamento de resíduos do município , decreto 12.131 , onde aprovas as atividades, metas, diagnósticos que tiveram sobre a cidade . O presidente diz que remeteu o plano a publicação e Weslei apresenta o quadro de metas que a empresa deverá cumprir. Comenta que é um plano muito aguardado , depois de alguns impasses durante muito tempo, e agora conseguiram que a legislação fosse cumprida e o plano enfim, finalizado. A cidade possuía apenas uma legislação que era regulamento de limpeza urbana, onde tínhamos muitos problemas em atingir metas quanto para atuar e através desse plano, começamos a nos embasar e dar diretrizes para que a gente possa estar atuando por quatro anos no mínimo com embasamentos e metas para atingir. Diante do cenário foi montado um quadro de metas para que consigam atender, algumas já são atendidas e desenvolvidas, como por exemplo a coleta domiciliar , que atinge grande parte do município e ajuda muito em 2 questões: Qualidade do resíduo e a quantidade do mesmo, ajuda para coleta seletiva, consegue entender as regiões que tem um resíduo “de melhor qualidade” até mesmo para ter uma maior valor agregado para os catadores. Essa é uma meta de curto prazo, chegar a 97% de casas atendidas , não consegue atender 100% pois existem as áreas rurais, que é difícil para atingir. Mas a meta é que entre 5 em 10 anos consiga atingir os 100% mas é muito ousado porém irão tentar atender. O segundo quadro trata da coleta seletiva , que no ano passado fizemos um chamamento público para as cooperativas para receber o material que seria coletado porta a porta mais os materiais dos PEVS e acredita que dia 20 de dezembro irá fazer essa coleta , em breve sairá a comunicação pelos canais da prefeitura , os bairros que serão atingidos, no primeiro momento serão atingidos 12 bairros . Na parte de coleta seletiva já temos um ponto de entrega em Austin, funcionando há 1 ano e 3 meses, lá recebe pneus, que é uma meta também, coletar pneus na cidade e já estamos trabalhando nisso, para que quando chegasse o plano, já saberíamos como atuar para resolver esse problema . Um outra situação importante em relação a coleta seletiva é que a gente já disponibilizou um aplicativo chamado descarte rápido , que mostra pontos de coleta seletiva em Nova Iguaçu , esse ponto já está cadastrado nesse sistema e quanto nós coletamos, um passo de divulgação muito importante para a sociedade e cada ecoponto que forem colocando vão incluir nesse sistema gratuito que vai disponibilizar informação para a população.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**TURISMO – SEMAETUR**

**225ª Reunião Extraordinária de 2020 – 30/11/2020**

---

Com relação aos PEVs, temos dois tipos: Um é igual ao que tinha na Bernadino de Mello, ponto de entrega voluntária piloto, feito para tentar entender o funcionamento na cidade porque a mesma não tem a cultura de entrega voluntária de material, nem a cultura de educação ambiental e tentamos entender como seria para futuramente instalar uns equipamentos. Nesse ano ainda serão instalados 2 PEVs em duas regiões da cidade. Uma das metas seria em até 5 anos entregar 10 PEVs, e acredita que em consiga entregar um pouco mais e a longo prazo instalar mais 40 PEVs. Para limpeza pública nós temos as frequências de limpezas nas áreas centrais, das URGS, com varrição, nas áreas principais de maiores movimentos, e limpeza dentro dos bairros quando há necessidade, e ma das características identificadas dentro do plano seria uma centralização do gerenciamento da limpeza e atingir todas as URGs. Por ser uma cidade muito ampla, fica difícil entender todos os cenários, de todas as regiões, então seria de médio a curto prazo fazer uma descentralização, que é complicado pois envolve custos mas tendo o plano para apoiar em relação a isso, a gente consegue fazer essa mudança de serviço. Devido ao tamanho da cidade, se fala em estação de transferência de resíduos e algumas pessoas se assustam mas hoje com as tecnologias que existem, essas estações são muito eficientes, e não irá trazer nenhum transtorno ambiental para o entorno quanto para o próprio ecossistema, e uma das premissas seria realizar esse serviço e reduzir o tempo com transporte e com isso também reduziríamos o custo operacional, até uma estação de transbordo onde conseguisse levar todo esse resíduo e futuramente analisar a necessidade dessa estação. Ela tem a própria triagem dela onde seria muito melhor mandar apenas rejeito pro aterro sanitário, então uma ausência de estação de transferência hoje é difícil porque encarece o sistema e automaticamente nos obriga a ter uma frota bem maior. Então uma das premissas é descentralizar também esse envio direto, ficando mais fácil até para fazer uma triagem, e de curto a longo prazo ter uma estação que a gente consiga atender todas as exigências legais e ambientais. Na parte de resíduo de construção civil é um problema grande dentro da cidade e foi identificado que dentro do cenário de hoje a falta de pontos de coleta faz com que a população descarte em qualquer lugar criando pontos viciados. A EMLURB vem trabalhando há um bom tempo com remoção gratuita, as pessoas podem lida e pedir para fazer a remoção, de um forma organizada pois pedimos para ensacar e temos um quantitativo em legislação para remover e com pequenos geradores nós fazemos a remoção. A ideia de montar uma oficina de triagem, de médio a longo prazo, que recebe esse material e o mesmo seja revertido para o próprio município e consiga trabalhar com o material que hoje já reutiliza. Outro ponto são os resíduos de serviços de saúde, hoje atendemos coletando todos os hospitais. O contrato que a EMLURB tem com o aterro sanitário já faz a remoção do resíduo e o tratamento, e hoje para a recuperação desse material a própria CTR coleta e faz o trabalho de desinfecção termica desses resíduos e descarta como lixo comum, então resíduo de classe 2, RSS, é coletado pela própria EMLURB. Resíduos especiais, pilhas e baterias já recebemos em um ponto e hoje já pode alterar o nosso plano e informar que hoje já tem coleta de alguns resíduos especiais e consegue fazer a logística reversa disso de uma outra forma. Dentro dos PEVs a ideia seria, em curto e médio prazo, disponibilizar os contenedores para recolher esses resíduos especiais que são de obrigação do município. Resíduos de poda, tem uma média de 70 toneladas de resíduos de poda mensalmente e hoje não tem pra quem





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**TURISMO – SEMAETUR**

**225ª Reunião Extraordinária de 2020 – 30/11/2020**

disponibilizar , não possuímos um horto municipal para estar dando esses resíduos, triturados, seria de suma importância ter um equipamento para dar sustentabilidade a esse material tão rico e orgânico e por fim temos o aterro sanitário e queremos diminuir bastante o volume dos resíduos que chegam no aterro e acreditamos que com a coleta seletiva, com a triagem e reduzindo RCC a gente consegue reduzir muito o volume de material e o descarte final só o rejeito chegaria. Hoje também no aterro estamos conseguindo gerar energia através do metano , biogás que está sendo bombeado. Na parte de indicadores, que seria da geração de resíduos, coleta domiciliar per capita, onde é preciso fazer um cálculo de kg hab dia, diariamente para ver o que está acontecendo com a sazonalidade do resíduo, a quantidade de resíduos por veículos, para saber se nossa frota está conseguindo atingir o que a gente precisa e com isso fazemos o cálculo e identificamos se nosso veículo está tendo o resultado esperado, na região e se a gente consegue atingir a meta da região ou ficará faltando. Em um outro momento, na coleta porta a porta, está sendo possível atingir 0,5% da população com apenas 1 veículo, a limpeza pública, produtividade dos trabalhadores, que é medido quantidade por tonelada trabalhador dia , sendo varrição, capina, roçada. Em relação as reclamações que chegam pela central é feito um cálculo de percentual por área , por região e pela cidade,. A quantidade de resíduos de grandes geradores , prefeitura até o aterro sanitário , fazemos o controle para que não exceda, até para o tempo de vida útil do aterro, fazemos o cálculo de percentual diário e a capacidade de recebimento de resíduos pelo CTR, que é observada pelo evolução mensal e anual feita. Os indicadores de custo de sistema que é a eficiência financeira , onde é medido o custo do pessoal e o custo de gestão de RSU do município , em tonelada, que precisa ser minimizado os custos para que sejam menos onerosos para o poder público e o transporte da coleta seletiva, com resíduo domiciliar. Para a destinação final é o mesmo cálculo, tonelada por real empregado no sistema e na arrecadação há um grande problema porque ele é pago pela taxa cobrada no IPTU, então esse valor anual pela população atendida é um valor que não consegue fechar, então sempre tem uma defasagem e fizemos uma proposição de fundo de participação para que melhorasse maximizasse os recursos da destinação dos resíduos e a gestão para que a gente possa melhorar e ter mais eficiência nesse sistema. Basicamente foi implantado um quadro de metas e indicadores de desempenho em cima do diagnóstico que a gente identificou em 2015 e o pós diagnóstico, proposições que a gente entende que de 4 a 5 anos a gente consiga atingir e no máximo 20, onde são proposições realizadoras, nada que seja impossível gradativamente e que contamos com o apoio do próprio conselho, para que cobre da EMLURB que esse quadro de metas e indicadores sejam realizados e que a gente precisa também do apoio de 50% da população entender o problema na gestão de resíduos. Weslei finaliza a apresentação e passa a fala para o presidente, que agradece a apresentação e reforça a importância do plano para o município, não só pela legalidade mas também por ser um documento estratégico que nos habilita em alguns editais. Além disso, declara cumprido o cronograma pois a publicação do plano também era uma das metas do conselho e fiz que a EMLURB já publicou o chamamento das cooperativas de catadores , demonstrando uma vontade política de fazer a gestão pública . Weslei pede a fala novamente para colocar mais um ponto: A EMLURB tem um processo, coleta de bituca e fazem a reciclagem do papel da bituca de cigarro e para muitas pessoas, no início da





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**TURISMO – SEMAETUR**

**225ª Reunião Extraordinária de 2020 – 30/11/2020**

implantação desse processo, parecia algo absurdo mas foram olhado para 2 viés. As ruas ficam muito sujas com elas, principalmente naquelas com paralelepípedo, o próprio varredor não consegue varrer muito bem e um dos viés era para minimizar esse resíduo no solo e o outro, é que, essa empresa que faz a reciclagem nos devolve a massa de celulose que é descontaminada, é uma parceria entre ela e a UNB, com isso já foi eliminado 275mil bitucas de cigarro do solo, porém existe outra situação, para cada bituca descartada em um litro d'água potável no corpo hídrico ele equivale a um litro de esgoto domiciliar, dessa forma deixamos de ter 275mil litros de esgoto domiciliar no corpo hídrico, conseguindo reduzir a agressão ao meio ambiente. O presidente passa a palavra para os conselheiros, para que possam tirar dúvidas em relação a fala do Weslei. Rosiane Garcia propõe uma ação: O resíduo de poda urbana, triturado pela própria EMLURB, que só não tem uma destinação porque o município não tem um horto que poderia receber esse material, dessa forma poderia lembrar que o município possui áreas rurais e esse material para quem é sítante produtor rural, é um material muito bom para a compostagem para produção e seria interessante pensar em parceria com esses produtores que aceitam receber esse material e também em relação a medidas de conscientização, pois na região do assentamento em que ela mora sofre com problemas que pessoas que moram na área urbana depositam o lixo na entrada do assentamento, dois pontos ficam cheios. Nessa semana houve a coleta mas as pessoas voltaram a depositar, com carrinho de mão. Um ponto recebeu sinalização mas outro não, por esse motivo seria importante uma sinalização ali. Weslei pergunta a localização e ela confirma ser na Estrada Mato Grosso e volta a falar da importância dessas sinalizações. Weslei explica que existem 189 pontos identificados iguais a estes, fora os pontos que eles não tem identificação, por exemplo, as áreas de assentamento. Os pontos citados são mapeados, chamados de pontos viciados, porém são feitas as limpezas periodicamente mas as vezes colocamos placas e dois dias depois elas são furtadas e vão com a fiscalização, tentam monitorar e muitos problemas não são ao dia, acontecem a noite e durante os finais de semana e quando vão fazer a fiscalização orientam os moradores para que não façam e liguem para o 0800 e denunciem ou pelo e-mail sempre no anonimato e vamos lá e orienta a forma que deve fazer e notificamos, tentamos fazer o serviço da melhor maneira possível para evitar esse tipo de problema mas vai solicitar ao setor para olhar mais para esses pontos. E afirma que estão buscando trazer a educação pra dentro da EMLURB para trazer as crianças e tentarem entender o cenário e a dificuldade que é a gestão pública e a problemática que é a gestão de resíduos também, tanto pra elas, quanto para a população, então fazendo eles entenderem isso vai ficar muito mais fácil para uma maior conscientização e daqui há 10, 20 anos a gente tenha um nível de excelência muito melhor do que acontece hoje. José Castricini diz que sabe que o trabalho de gestão de resíduos sólidos é muito complexo, ainda mais resíduos de saúde, industriais, obras e entende que apenas um horto municipal não seria capaz de receber toda a quantidade e reforça a sugestão da Rosiane Garcia para as áreas rurais que podem receber esse material orgânico, a prefeitura levando até esses agricultores rurais, o custo seria apenas de transporte, além de aproveitar esse resíduo não vai precisar gastar dinheiro para mandar pro aterro sanitário e diz que se os produtores do município não tiverem como receber, que possam oferecer a outros municípios vizinhos que venham buscar esse material e vamos estar contribuindo também com





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
TURISMO – SEMAETUR

225ª Reunião Extraordinária de 2020 – 30/11/2020

outros municípios. E em relação ao resíduo doméstico, acredita que 60% daqueles que vão no caminhão de lixo são resíduos que podem ser feitos compostagem e se o município tem feito algum projeto de reaproveitamento desse material vindo de residências, restaurantes, que vai gerar um economia dos resíduos que serão pagos na estação de tratamento. Wesclei diz que todo processo que eles tentam fazer de coleta seletiva é para minimizar esse impacto de custos só que para isso depende muito da população, ela tem que trazer a cultura, não apenas orientação porque se sair hoje em campo para fazer a orientação, de 1000 contribuintes que a gente atingir, apenas de 5 a 10% vão conseguir aderir, então é preciso ter uma vontade própria, muita disciplina se não, não consegue fazer esse trabalho. Em muitas vezes acontece isso, os serviços caem no descrédito, no desuso justamente porque a gente vai em um nível elevado, tenta fazer uma implementação enorme e por exemplo: Nova Iguaçu tem aproximadamente 1 milhão de habitantes então hoje é a quarta maior do município, entre as 10 maiores do país, ou seja, não é uma cidade qualquer para tentar implementar, mudar a cultura da noite para o dia e realmente é preciso de um plano atuante, todos os atores estarem envolvidos nesse processo, trazer eles para entenderem a problemática, para tentarem resolverem. O material que é descartado, mesmo passando para uma esteira de triagem, hoje conseguiríamos triar, na forma que ele vai na faixa de 7 a 10% dos resíduos, sem ter todo esse trabalho ambiental, de conscientização, de engajamento da população mas se a população realmente engajar, conseguimos melhorar de médio a longo prazo, se a gente tentar fazer um cenário de curto prazo a gente cai no mesmo problema que todas as gestões vem caindo, não só em nova Iguaçu mas até em cidades grandes, que tentam um processo muito rápido e não tem uma adesão, não atinge a população e cai no desuso. Por isso que queremos, gradativamente, elevando o serviço e melhorando a qualidade. Tendo um multiplicador dentro do próprio trabalho, da própria rua, dentro de casa, é a melhor coisa. José Castricini diz que concorda com a fala, porque com a questão da educação, ver e dar valor ao trabalho da EMLURB e que sempre elogia as pessoas que trabalham na coleta, fala com a população local sobre a importância do trabalho que a empresa executa e diz que tem feito sua parte, e em relação a curto e longo prazo, só vai acontecer quando começar um novo plano para fazer um trabalho com a sociedade e sugere fazer a cartilha com informações sobre compostagem para que depois ele contribua com a EMLURB na entrega desse material e aos poucos chega lá e também educadores ambientais para a conscientização e finaliza sua fala. Wesclei retoma a fala e diz que é muito importante porque quando tivemos a copa, e houve o episódio dos japoneses e que todos ficaram abismados com o que eles fizeram, e aquilo não veio com uma cartilha de 10 dias ou 4 anos, eles em 1970 começaram a implantar a educação ambiental nas escolas, e quando ele chegou na copa do mundo, ele já tinha toda educação e o hábito de fazer isso, dentro e fora de casa, então é isso que precisamos implementar e entender que uma hora vamos conseguir chegar. O presidente pergunta se alguém tem mais alguma dúvida ou solicitação para que consiga avançar. Como não houve nenhuma solicitação de fala, o presidente inicia os agradecimentos e diz que tem mais um informe em relação a ultima pauta. (O secretário executivo diz que o ultimo ponto de pauta são os Informes gerais 7.1) **Laboratório de estudos em poluição do AR - LEPA UFRJ**, logo em seguida em um informe da Rosiane Garcia da ECOPRESERVAR. O presidente diz que o laboratório de controle da qualidade do ar da UFRJ nos





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**TURISMO – SEMADETUR**

**225ª Reunião Extraordinária de 2020 – 30/11/2020**

remeteu um e-mail atentando para um projeto de 3 anos atrás que a gente se inscreveu vai acontecer e que a partir desse laboratório vamos participar de uma implementação desse sistema de monitoramento da qualidade do ar. Rosiane segue com a fala para informar que a ECOPRESERVAR E CONTUR receberam a denuncia que estão acontecendo invasões da reserva biológica para um determinado ponto, que é a cachoeira conhecida da Colônia e pediram que informasse porque que essas invasões estão sendo facilitadas por morador da região e a Elisângela que é da CONTUR pediu para que fosse repassado e informou que eles tem um grupo de trabalho para discutir essas questões relacionadas ao turismo e pediu que alguém do CONDEMA participasse do grupo de trabalho pra discutir essas questões, vai oficiar o pedido para o conselho mas fiquei de fazer o informe e disse também que se dispõe para participar das reuniões do CONDEMA. O presidente diz que orientou Elisângela para fazer o rito interno: Conversar com a Sandra, assessora da secretária em relação a gestão da guarda ambiental e formular a ordem de serviço conforme a denúncia, para que nossa guarda possa fazer a apuração da denúncia no que couber e promover as ações necessárias. Deixa claro que a gestão da guarda, a luz da legislação é da secretária por ser a coordenadora geral e existiria uma coordenação operacional a partir de uma subsecretaria de meio ambiente. Essa subsecretaria não existe no nosso organograma, então hoje a secretária centraliza a gestão da coordenação geral e operacional e tudo depende da ordem de serviço a ela proposto e encaminhada para equipe da guarda, já tivemos alguns problemas com o não cumprimento dessas ações pelos concursados da guarda, eles só admitem essas gestões de hierarquia a partir do que está previsto na lei. Não sei se alguém do conselho que trazer pra si essa atribuição do grupo de trabalho do conselho municipal mas queria que o trato aqui do temo fosse trazido como gestão de pauta. As denúncias estão abertas e podem se trazer no momento dos informes. Sabendo que a gente já recebeu denúncia de que as pessoas estão entrando, inclusive pela própria captação de água da CEDAE e efetivamente o território protegido REBIO e se a gente entender que a presidência deve encaminhar essa denúncia pelo conselho de Meio Ambiente, farei pelo NGI que é o núcleo de gestão integrada da nova gestão do governo federal de unidade de conservação em que o núcleo fica centralizado no parque da serra dos órgãos, temos o contato direto com o gestor e se a gente aprovar aqui encaminho a solicitação de gestão em prioridade pelo órgão gestor REBIO Tingua ICMBIO, não descartando que a gente encaminhou internamente para o órgão ambiental. O presidente pergunta se pode ser aprovado o encaminhamento da presidência ao NGI para solicitação de provimentos e providências para o caso. O secretário executivo diz que não é recente essas informações, denúncias, relatos, de invasão da reserva nesse período tem acontecido, a Rosiane não é a primeira, já foi informado em duas reuniões ordinárias e lembrou que o prefeito, em uma audiência pública em Brasília, assumiu o compromisso, na época que estava na discussão entre reserva e parque, de cobrar das empresas que tem impacto direto e indireto na reserva o apoio necessário para a proteção, então cabe aos membros do conselho que cobre esse compromisso que ele assumiu nessa audiência e pedir encaminhamento para isso porque vemos claramente que essa invasão se da pela falta de fiscalização do próprio ICMBIO, a prefeitura faz seu papel no parque e não da pra fazer no parque, APA e Rebio, até porque a última é uma unidade federal e como o prefeito assumiu esse compromisso, cabe ao conselheiros





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**TURISMO – SEMAETUR**

**225ª Reunião Extraordinária de 2020 – 30/11/2020**

---

cobrar. E em relação ao item 7, a pergunta qual é a contribuição direta desse laboratório de poluição do ar para o município? O professor oferecendo equipe e equipamento, qual o benefício direto para que possamos deslumbrar de benefício em médio e curto prazo. O presidente responde que a pesquisa do professor Luís está associada a uma linha de capacitação dos gestores locais para importância do monitoramento da qualidade do ar envolvendo toda região metropolitana, como foi dito, nasceu há 3 anos atrás e só agora foi efetivado. Ele fez esse informe que agora será realizado, então a parte do envolvimento do município é que tenha os técnicos para esse momento de capacitação e no contexto de diagnóstico, avançar para a implementação de sistemas. Hoje o monitoramento da qualidade do ar é uma obrigação do INEA, que está em revisão de todo seu sistema, num conjunto de instrumentos e tem várias tecnologias, algumas com funcionamento e outras não, e em Nova Iguaçu temos uma estação no colégio municipal Monteiro Lobato, então a posição do professor é fazer com que os técnicos locais avance no empoderamento da tecnologia para fazer esse monitoramento e efetivamente os municípios criem seus próprios sistemas de monitoramento com a carência que os mesmos tem. Continua sua fala dizendo que é muito importante a guarda ter um coordenador operacional pois ela é insuficiente, deveriam ser 60 guardas, acha que deveria ter 120 pela quantidade de unidades de conservação. Diz que fará o encaminhamento por escrito a secretária e pergunta se os conselheiros possuem alguma dúvida. Como não houve, a reunião foi encerrada após os agradecimentos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
TURISMO – SEMADETUR

225ª Reunião Extraordinária de 2020 – 30/11/2020

Membros Presentes: José Arnaldo (SEMADETUR), Matheus Mendes (SEMADETUR), Denise Flavio (SEMUS), Katia Vanessa (SEMED), Walessa Pedroza (SEMIF), Wesclei Pandim (EMLURB), Karla Ayres (CREA), Luis Fernando (Onda Verde), Latife Assed (OAB), Rosiane Garcia (ECOPRESERVAR), Leyla Pereira (UGB), José Castricini (AAPAMGM)

Membros Ausentes: Felipe Rangel Garcia (CMNI), Fábio José de Freitas Santos (CMNI), José David Lopes (SEMEF), Jarbas Fernando de Lima Dutra (SEMEF), Paulo de Tarso de Lima Pimenta (FIRJAN) e Silvia Maria Soares Coelho Lantimant (FIRJAN).

Convidados Presentes: Ricardo (SEMADETUR), Cristilene Delfino (SEMADETUR)

Presidente do CONDEMA

José Arnaldo dos Anjos de Oliveira

Secretário Executivo do CONDEMA

Luis Fernando Pereira Rodrigues





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
TURISMO -- SEMADETUR

226ª Reunião Ordinária de 2020 – 14/12/2020

1 No dia quatorze de dezembro às 14:00h, os membros do Conselho Municipal Para  
2 Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, se reuniram para virtualmente na plataforma  
3 virtual Google Meet para a realização da 225ª Reunião Ordinária, debatendo a seguinte pauta: **1)**  
4 **Aprovação da Convocação da 226ª Reunião Ordinária; 2) Aprovação da Ata 225 e 3) Alteração do**  
5 **Regimento Interno.** Às 14hs o Presidente José Arnaldo deu início á sessão, pedindo que o  
6 Secretário Executivo Luís Fernando conferisse o quórum da reunião, que prontamente indicou a  
7 ausência de alguns conselheiros. Por volta das 14:15, o presidente novamente solicitou ao  
8 secretário executivo a constatação de quórum, que foi logo constatada pelo secretário executivo,  
9 viabilizando assim a 226ª Reunião Ordinária. O conselheiro da SEMADETUR, Matheus Mendes,  
10 solicitou ao presidente a retirada do segundo item de pauta **2) Aprovação da Ata 225ª RO,**  
11 justificando o não conclusão da minuta da referida ata, sendo levada a solicitação para votação da  
12 plenária, que em unanimidade, votou pela retirada de pauta. Seguindo a reunião, o presidente  
13 iniciou com pelo item **1) Aprovação da Convocação da 226ª Reunião Ordinária,** levando a esta  
14 convocação para votação da plenária, sendo aprovada por unanimidade. Dando continuidade, o  
15 Presidente iniciou o item **3) Alteração do Regimento Interno,** citando a importância que o  
16 Regimento Interno possui no Conselho, e que a sua atualização é de extrema importância para as  
17 realizações dos encontros. Indicou que o Regimento Interno foi enviado com antecedência para  
18 todos os conselheiros e que, é necessário a leitura de todos para as eventuais contribuições. O  
19 presidente mostrou uma tabela em Word, com três colunas: uma com a redação atual do  
20 regimento, a outra com as possíveis alterações e a outra com as possíveis complementações.  
21 Indicou também que nesta tabela Word já incluiu no possível novo Regimento, a Resolução 02 do  
22 CONDEMA de 25 de maio de 2020, publicada no dia 16/06/2020, que dispõe sobre os critérios de  
23 realização de reuniões não presenciais, por videoconferência, no âmbito do CONDEMA e uma nova  
24 possibilidade de quórum das sessões. O presidente também falou da importância dos dados dos  
25 ICMS Ecológico serem aprovados pela plenária do CONDEMA antes de serem enviados para SEAS.  
26 José Arnaldo propôs enviar este arquivo para todos os conselheiros, para que os mesmos  
27 pudessem realizar suas contribuições, indicando na tabela o nome e a instituição a qual participam,  
28 para no primeiro encontro do ano de 2021, ser discutida na plenária, colocando em votação essa  
29 preposição, que foi aprovada por unanimidade por todos os presentes, encerrando assim a pauta.  
30 O presidente disse que queria realizar um informe, dizendo da criação do Grupo de Trabalho da  
31 região do Guandu, motivado pelo Ministério Público, e que terão como membros a SEMADETUR,  
32 SEMIF, SEMSERP, PGM e o Gabinete do Prefeito. Eu, Luís Fernando P. Rodrigues lavrei esta ata. Nada  
33 mais havendo a discutir ou constar, encerra-se a presente ata que após lida e conforme será  
34 devidamente assinada. Nova Iguaçu, quatorze de dezembro de dois mil e vinte.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
TURISMO – SEMADETUR

226ª Reunião Ordinária de 2020 – 14/12/2020

Membros Presentes: José Arnaldo dos Anjos de Oliveira (SEMADETUR), Matheus Mendes (SEMADETUR), Denise Flávio (SEMUS), Katia Vanessa (SEMED), Walessa Pedroza (SEMIF), Wesclei Pandim (EMLURB), Karla Ayres (CREA-RJ), Luís Fernando (Onda Verde), José Castricini (AAPAMGM), Leyla Carvalho (UGB), Latife Assed (OAB), Emerson Ramos (OAB);

Membros ausentes: Felipe Rangel Garcia (CMNI), Fábio José de Freitas Santos (CMNI), José David Lopes (SEMEF), Jarbas Fernando de Lima Dutra (SEMEF), Paulo de Tarso de Lima Pimenta (FIRJAN) e Silvia Maria Soares Coelho Lantimant (FIRJAN)

Presidente do CONDEMA

José Arnaldo dos Anjos de Oliveira

Secretário Executivo do CONDEMA

Luis Fernando Pereira Rodrigues